

# REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

N.º 1

BRASIL

OUTUBRO 1968



ALMIRANTE JOAQUIM MARQUES BATISTA DE LEÃO

## S U M Á R I O

<b>HISTÓRIA</b> .....	7
<b>EGN — NOVAS INSTALAÇÕES</b> .....	13
<b>ORGANIZAÇÃO DA EGN</b> .....	15
<b>DISCURSO DO DIRETOR POR OCASIÃO DA ABERTURA DAS AULAS DO CURSO 2/68</b> .....	19
<b>REMINISCÊNCIAS</b> .....	28
<b>PREPARO TÉCNICO-PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DO CORPO DA ARMADA</b> .....	31
Capitão-de-Fragata Henrique Saboia	
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFLAÇÃO</b> .....	47
Professor Jayme Magrassi de Sá	
<b>BIBLIOGRAFIA DE ADMINISTRAÇÃO</b> .....	61
<b>NOTÍCIAS</b> .....	63

Esta Revista é meramente informativa, seus conceitos são para estudo e não substituem diretivas ou ordens em vigor.



Ela será editada sempre que haja matéria digna de registro; será portanto, aperiódica, levando apenas o número de ordem e a data de sua edição.



Nada se faz sòzinho ... assim, pedimos a você que vai nos ler, que envie colaborações, opiniões, sugestões e ... críticas (porque elas também ajudam melhorar).

Esta Revista é para o Oficial de Marinha, é pelo Oficial de Marinha, é do Oficial de Marinha.

Vamos pois, todos juntos, laborar por ela.



## NOSSA CAPA

Almirante Joaquim Marques Batista de Leão

\* 6 de janeiro de 1847

† 4 de novembro de 1913

Como Ministro da Marinha, reconhecendo a importância dos cursos para oficiais superiores da Marinha a fim de melhorar seus conhecimentos sobre Poder Marítimo, assinou Decreto nº 8 650, de 4 de abril de 1911, criando o Curso Superior, que mais tarde foi transformado na ESCOLA DE GUERRA NAVAL.

**REVISTA**  
**DA**  
**ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

Parece conveniente, aos que servimos nesta Escola, que se disponha de uma Revista na qual se registrem informações e trabalhos, úteis a futuros estudiosos dos assuntos aqui tratados e aos oficiais em serviço na Esquadra ou em terra.

Será portanto um meio de ampliar a influência da Escola nos estudos daqueles que se preparam para seus cursos, ou dos que desejam aprofundar o conhecimento do Poder Marítimo e servirá para manter a Marinha alerta para a eventualidade da Guerra.

Com isto, estaremos seguindo o exemplo de outras Escolas congêneres, das quais a primeira é a da Marinha dos Estados Unidos da América.

Aprovo a medida, e encarrego o Vice-Diretor e o Conselho de Ensino de sua redação.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1968.



**Levy Penna Aarão Reis**  
Almirante-de-Esquadra, Diretor

## HISTÓRIA

Muito antes da deflagração da 1ª Grande Guerra, a Marinha do Brasil compreendeu a necessidade de ampliar e melhorar os conhecimentos profissionais de seus oficiais, particularmente no que diz respeito aos fundamentos da Estratégia Naval.

Essa concepção não foi facilmente aceita, pois muitos destacados Oficiais Superiores, formados na Marinha veleira, acreditavam que a experiência no mar e os exercícios da esquadra fôsem suficientes para preparar os futuros chefes navais.

A tradição da Marinha Britânica, àquele tempo considerada como o indiscutível modelo para a Marinha do Brasil, parecia dar apoio a essas idéias conservadoras.

Entretanto, sob a influência de Mahan e com a criação do «U.S. Naval War College» em 1884, o número de adeptos da nova idéia começou a crescer.

Dois fatos influenciaram fortemente a adoção final dessa idéia.

O primeiro foi a criação, em 1906, do «Royal Naval War College», pelo Almirantado Britânico.

O outro foi o contato freqüente e mais íntimo, na Grã-Bretanha, de Oficiais de nossa Marinha com os da Royal Navy, em 1908-1910, conseqüente à aquisição de uma nova esquadra, encomendada por nosso Governo aos estaleiros daquele país.

Como resultado, em 1911, foi autorizado o Curso Superior da Marinha, mas seus primeiros cursos normais não tiveram início senão em 1914.

Em 1914, a Escola de Guerra Naval foi oficialmente criada, em substituição ao Curso Superior da Marinha que, na realidade, ainda não começara a alcançar seus propósitos.

Os cursos na Escola de Guerra Naval têm sido mantidos normalmente, exceto no período de 1942-1946, em que foram suspensos devido às grandes exigências de pessoal durante a 2ª Grande Guerra.

Desde o início, grande cuidado foi exercido para evitar a tendência de incluir demasiados detalhes sôbre aspectos técnicos, dando-se sempre maior ênfase aos assuntos da estratégia, tática e logística.

Desde que foi criada, a Escola de Guerra Naval tem tido a eficiente colaboração de oficiais superiores da Marinha dos EE. UU. como assessôres do Departamento de Ensino. (Ver Anexo A).

O primeiro a fornecer essa cooperação foi o Capitão-de-Fragata PHILIP WILLIAMS que serviu no período de 1914-1917.

Especialmente relevantes foram as contribuições do Capitão-de-Mar-e-Guerra CARL T. VOGELGESANG (1916-1918), que mais tarde voltou ao Brasil, no pôsto de Contra-Almirante, como primeiro Chefe da Missão Naval Americana.

Também importante foi o auxílio de CHARLES C. GILL. Como Capitão-de-Fragata, êle se apresentou à EGN em 1922 onde foi um assessor altamente eficiente e respeitado até 1927. Posteriormente, como Capitão-de-Mar-e-Guerra, voltou em 1934, permanecendo até 1936. Durante essas comissões, escreveu estudos interessantes sobre assuntos navais brasileiros, entre os quais se destaca um ensaio sobre a situação geoestratégica do Brasil, mostrando sua dependência do poder marítimo.

Terminada a 2ª Grande Guerra, a EGN reabriu em 1946, com turmas maiores, para compensar a sua inatividade durante êsse período. O currículo foi modernizado e ampliado com os conceitos modernos sobre a guerra.

Em complemento à prática de ter sempre junto à Escola oficiais da Missão Naval Americana, como assessôres, a partir de 1949 tem tido também a Escola um oficial do US Marine Corps, dada a maior ênfase conferida ao estudo das operações anfíbias.

É interessante observar que, desde sua criação em 1914, 2 221 oficiais já passaram pelos diferentes cursos da Escola de Guerra Naval.

Dentre êstes, a convite da Marinha do Brasil, vários oficiais de outras Marinhas — Colômbia, Equador, Paraguai, Portugal e Venezuela — já cursaram com excelentes resultados, demonstrando o alto nível de capacidade de suas Marinhas. (Ver Anexo B).

Por outro lado tem sido seguida, desde 1956, a prática de enviar um oficial da nossa Marinha para cursar no N.W.C. em Newport. (Ver Anexo C).

Isto tem contribuído para manter a nossa Escola atualizada em relação aos processos naquele N.W.C.

Êsse maior contato têm sido também altamente reforçado pelos trabalhos das Reuniões de Diretores das Escolas de Guerra Naval do continente. Realizada a 1ª em Newport, em 1962, a 2ª no Rio de Janeiro, em 1963, a 3ª em Lima, em 1964, a 4ª em Newport, em 1966, reune-se agora a 5ª em Buenos Aires.

## ANEXO A

### OFICIAIS DA U.S. NAVY QUE SERVIRAM COMO ASSESSORES DA EGN.

Capt. Phillip Williams, USN	13- 8-1914 to 8- 2-1917
Capt. Carl Theodore Vogelgesang, USN	26- 3-1916 to 11-11-1918
(depois de recebida a Missão Naval Americana)	
RAdm. Henry Francis Bryan, USN	11-11-1918 to 28- 8-1920
RAdm. William Bartlett Fletcher, USN	26- 8-1920 to 24-12-1922
Capt. Luther Martin Overstreet, USN	21-12-1922 to 10-12-1926
Cdr. William Baggaley, USN	26- 6-1922 to 21- 1-1925
Cdr. Charles Clifford Gill, USN	21-12-1922 to 13- 4-1927
Cdr. Arthur Le Roy Bristol, USN	19- 1-1925 to 26-10-1926
Capt. John Vincent Babcock, USN	2-12-1926 to 7- 7-1929
Cdr. Leigh Noyses, USN	3-12-1926 to 30- 4-1929
LCdr. Clifford Evans Van Hook, USN	25- 2-1927 to 12-11-1930
Cdr. William Alden Hall, USN	1- 5-1929 to 31- 1-1931
Cdr. George Gargill Pegram, USN	7- 7-1929 to 26-11-1930
Cdr. Stephan Booth Mckinney, USN	12- 1-1932 to 9-11-1933
LCdr. William Henri Purnell Blandy, USN	15-11-1932 to 24- 9-1934
Cdr. Francis Sanderson Craven, USN	15- 9-1934 to 1- 4-1937
Capt. Charles Clifford Gill, USN	9-11-1934 to 1- 2-1936
Cdr. Norman Scott, USN	11- 2-1937 to 23- 8-1939
Cdr. Paulus Prince Powel, USN	11- 7-1937 to 29- 6-1939
Cdr. Forrest Betton Royal, USN	30- 6-1939 to 15- 7-1941
LCdr. Keith Rogers Belch, USN	30- 1-1940 to 12- 7-1941
LCdr. William Leroy Messmer, USN	15- 7-1941 to 12- 6-1942
Capt. Charles Julian Wheeler, USN	23- 2-1946 to 25- 2-1948
Cdr. Harold Alfred Sommer, USN	12- 9-1946 to 8- 9-1948
Capt. Emmet John Sullivan, USN	16- 6-1948 to 10- 7-1950
Cdr. Andrew Lynn Burgess, USN	8- 9-1949 to 14-11-1950
LCol. Edward W. Durant Jr., USMC	8-11-1949 to 10- 1-1952
Capt. Marry Haywood McIlhenny, USN	10- 7-1950 to 30-10-1952
Cdr. Joseph Edward Hart, USN	1-11-1950 to 3-11-1952
Col. Robert Charles Mac Glashan, USMC	26-12-1951 to 14- 1-1952
Capt. John C. Zahm, USN	15-10-1952 to 18- 5-1955
Cdr. Clarence M. White, USN	15-10-1952 to 22- 6-1955
Col. Harold B. Meek, USMC	30-12-1953 to 8- 2-1956
Capt. Willard de los Michael, USN	12- 1-1955 to 30- 1-1957
Cdr. Chandler Waterman Swanson, USN	16- 6-1955 to 12- 6-1957
LCol. Maxie Raymond Williams, USMC	26- 1-1956 to 9- 1-1958
LCol. Charles S. Robertson, USMC	26-12-1957 to 30-12-1960
Cdr. Francis James Grisko, USN	30- 5-1957 to 3- 9-1959
Cdr. Theodore Feuerbach, USN	24- 8-1959 to 17- 9-1961
LCol. Robert J. Fairfield, USMC	20-12-1960 to 6-12-1963
Cdr. Oliver S. Burnette, USN	25-10-1961 to 30-10-1964
Col. Laurence J. Bradley, USMC	6-12-1963 to 9-12-1966
Cdr. Hugh Garfield Parker Jr., USN	27-10-1964 to 7-12-1967
LCol. Charles A. Webster, USMC	29-11-1966
Cdr. George Denmark, USN	27-11-1967

## A N E X O B

### OFICIAIS DE MARINHA ESTRANGEIROS QUE FIZERAM OS CURSOS DA EGN

#### Colômbia

Capitan de Corbeta Orlando Lemaitre Torres	1954, 1955
Capitan de Corbeta Bernardo Baraya D'Haro	1958

#### Ecuador

Capitan de Corbeta Ernesto Poveda Burbano	1960, 1961, 1962
Capitan de Corbeta Gotardo Valdivieso	1960, 1961, 1962
Capitan de Fragata Wilson Larrea Torres	1964
Capitan de Fragata Reinaldo Vallejo Vivas	1964
Capitan de Fragata Guillermo Jarrin Negrete	1964
Capitan de Fragata Sergio Vasquez Pacheco	1965
Capitan de Fragata Wilson Arroyo Boada	1965
Capitan de Corbeta Gustavo Jarrin Anpudia	1965
Capitan de Fragata Jorge Ortega Ortega	1966

#### Paraguay

Capitan de Corbeta Lindulfo Gill	1942
Capitan de Corbeta Cesar Cortese	1957

#### Portugal

Capitão-Tenente Alberto Amaral Marques de Abrantes	1960
--	------

#### Venezuela

Capitan de Fragata Dimas Paublino	1951
Capitan de Corbeta Pablo Bonilla Chacon	1951, 1953
Capitan de Fragata Rafael Rosales	1953, 1955, 1956
Capitan de Fragata Manuel Narciso Herrera Correa	1953, 1955, 1956
Capitan de Fragata Ricardo de Soza Rios	1955, 1956, 1957
Capitan de Fragata Eleazar Medina Espina	1955, 1956, 1957
Capitan de Fragata Pedro Rafael Figallo Bello	1956, 1957, 1958
Capitan de Corbeta Francisco Lares	1956, 1957, 1958
Capitan de Fragata Diego Merida Cellis	1957, 1958, 1959
Capitan de Corbeta Pedro Medina Silva	1957
Capitan de Fragata Alvaro Del Castillo Jantzen	1960, 1961
Capitan de Fragata Arquimedes Garcia Bastidas	1968

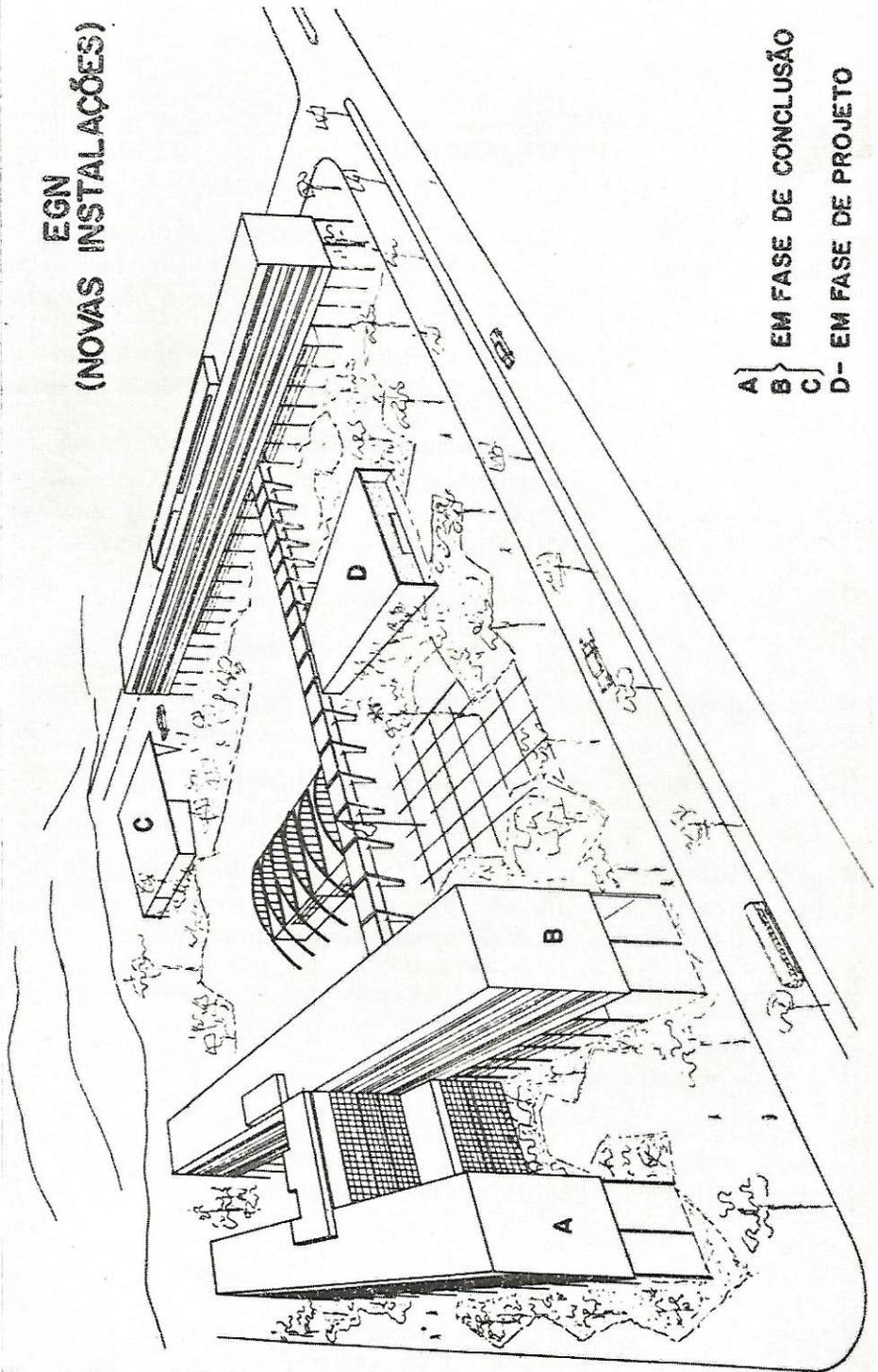
## A N E X O C

### OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL QUE FIZERAM O CURSO DO N. W. C.

CMG	Frederico Giannini .....	1956/57
CMG	Adolpho Barroso de Vasconcellos .....	1957/58
CF	Oyama Sonnenfeld de Mattos .....	1958/59
CF	José da Silva Sá Earp .....	1959/60
CF	Noisio Penna de Oliveira .....	1960/61
CF	Ramon Gomes Leite Labarthe .....	1961/62
CF	Luiz Eugênio Freire .....	1962/63
CF	João Carlos Gonçalves Caminha .....	1963/64
CF	Telmo Becker Reifschneider .....	1964/65
CF	Henrique Saboia .....	1965/66
CF	Alfredo Ewaldo Rutter Mattos .....	1966/67
CMG	José Maria Amaral de Oliveira .....	1967/68
CF	Geraldo Sylvio Cravo Guimarães .....	1968
	(cursando presentemente)	

A Escola de Guerra Naval no Rio funcionou sempre em edifícios de outros órgãos da Marinha. Está porém em construção um edifício próprio, no qual funcionará a partir de 1969.

**EGN  
(NOVAS INSTALAÇÕES)**



- A } EM FASE DE CONCLUSÃO
- B } EM FASE DE CONCLUSÃO
- C } EM FASE DE CONCLUSÃO
- D - EM FASE DE PROJETO

## ORGANIZAÇÃO

A Escola de Guerra Naval é subordinada ao Chefe do Estado-Maior da Armada, dêle recebendo orientação doutrinária e tarefas especiais compatíveis com a sua missão.

A difusão e análise da doutrina do EMA é ministrada na EGN de forma a facilitar a compreensão da situação nacional e internacional.

As atividades da Escola de Guerra Naval, planejadas, coordenadas e controladas pelo Diretor — Oficial-General da Marinha de Guerra — auxiliado pelo Vice-Diretor e assessorado por um Gabinete e um Conselho de Ensino, são exercidas por quatro Departamentos:

- I — Departamento de Planejamento — (EGN-10)
- II — Departamento de Serviços Gerais — (EGN-20)
- III — Departamento do Curso de Comando e Estado-Maior — (EGN-30)
- IV — Departamento do Curso Superior de Guerra Naval — (EGN-40)

Ao Conselho de Ensino — Constituído do Vice-Diretor e dos Chefes dos Departamentos de Planejamento, do Curso de Comando e Estado-Maior e do Curso Superior de Guerra Naval — cabe:

- I — estudar e submeter ao Diretor os conceitos doutrinários a serem ministrados pela EGN;
- II — estudar e submeter ao Diretor as questões de ensino de âmbito geral;
- III — estudar e submeter ao Diretor o conceito sôbre a forma com que os oficiais-alunos desempenharam suas atividades escolares; e
- IV — assessorar o Diretor no exame dos programas de ensino.

Ao Departamento de Planejamento (EGN-10) cabe planejar, coordenar e controlar os currículos.

Ao Departamento de Serviços Gerais (EGN-20) cabe o provimento de meios necessários ao funcionamento da Escola.

Aos Departamentos do Curso de Comando e Estado-Maior e do Curso Superior de Guerra Naval cabe a execução dos planejamentos elaborados pelo Departamento de Planejamento.

O Departamento de Planejamento (EGN-10), sob a direção do Chefe do Departamento de Planejamento, compreende duas Divisões:

- I — Divisão de Jogos de Guerra (EGN-11)
- II — Divisão de Pesquisas (EGN-12)

O Departamento de Serviços Gerais (EGN-20), sob a direção do Chefe do Departamento de Serviços Gerais, compreende três divisões:

- I — Divisão de Pessoal (EGN-21)
- II — Divisão de Material (EGN-22)
- III — Divisão de Intendência (EGN-23)

O Departamento do Curso de Comando e Estado-Maior (EGN-30), sob a direção do Chefe do Departamento do Curso de Comando e Estado-Maior, compreende cinco Divisões:

- I — Divisão de Organização (EGN-31)
- II — Divisão de Informações (EGN-32)
- III — Divisão de Operações (EGN-33)
- IV — Divisão de Logística (EGN-34)
- V — Divisão de Fuzileiros Navais (EGN-35)

O Departamento do Curso Superior de Guerra Naval (EGN-40), sob a direção do Chefe do Departamento do Curso Superior de Guerra Naval, compreende três Divisões:

- I — Divisão de Estratégia (EGN-41)
- II — Divisão de Administração (EGN-42)
- III — Divisão de Ciências Sociais (EGN-43)

OUTUBRO/1968  
OFICIAIS SERVINDO NA EGN

**Diretor:**

Almirante-de-Esquadra — Levy Penna Aarão Reis

**Vice-Diretor:**

Capitão-de-Mar-e-Guerra — José Lisboa Freire

**Chefe do Dpt de Planejamento (EGN-10):**

Capitão-de-Mar-e-Guerra Arthur Ricart da Costa

**Chefe do Dpt de Serviços Gerais (EGN-20):**

Capitão-de-Fragata — Salvio Augusto de Oliveira Martins

**Chefe do Dpt do Curso de Comando e Estado-Maior (EGN-30):**

Capitão-de-Mar-e-Guerra — José Maria do Amaral Oliveira

**Chefe do Dpt do Curso Superior de Guerra Naval (EGN-40):**

Capitão-de-Mar-e-Guerra Vonedé Assad

**Enc. das Divisões de Jogos de Guerra (EGN-11) e de Pesquisas (EGN-12):**

Capitão-de-Mar-e-Guerra — Orlando Augusto Amaral Affonso

**Enc. das Divisões de Pessoal (EGN-21) e Material (EGN-22):**

Primeiro-Tenente (ES) - R.Rm — Benedicto Lisboa Moreira

**Enc. da Divisão de Intendência (EGN-23):**

Capitão-Tenente (IM) — Agripino Alberto Rodrigues

**Enc. da Divisão de Organização (EGN-31):**

Capitão-de-Mar-e-Guerra — Benedicto Jordão de Andrade

**Enc. da Divisão de Informações (EGN-32):**

Capitão-de-Fragata — José Maria Barreira da Fonseca

**Enc. da Divisão de Operações (EGN-33):**

Capitão-de-Fragata — Walter Faria Maciel

**Adj. da Divisão de Operações:**

Capitão-de-Fragata — Francisco Fernandes Quadra

**Adj. da Divisão de Operações:**

Capitão-de-Fragata — João Oswaldo Pirassinunga

**Adj. da Divisão de Operações:**

Capitão-de-Fragata — Jusel Piá de Andrade

**Adj. da Divisão de Operações:**

Capitão-de-Fragata — Antonio Luiz Franco de Sá

**Enc. da Divisão de Logística (EGN-34):**

Capitão-de-Mar-e-Guerra — Vonede Assad

**Adj. da Divisão de Logística:**

Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM) — Henrique Leonel Martins Pereira

**Enc. da Divisão de Fuzileiros Navais (EGN-35):**

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) — Alexandre Lima Caldas

**Adj. da Divisão de Fuzileiros Navais:**

Capitão-de-Fragata (FN) — Olavo Freire da Rocha

**Adj. da Divisão de Fuzileiros Navais:**

Capitão-de-Fragata (FN) — Coaraciara Brício Godinho

## DISCURSO

### DO

## ALMIRANTE-DE-ESQUADRA LEVY PENNA AARÃO REIS

Rio, 23-9-1968

Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada

Exmos. Srs. Almirantes

Senhores Oficiais

A Escola de Guerra Naval prossegue seus estudos de 1968, recebendo 63 oficiais superiores no Curso de Comando e Estado-Maior, curso que será dado, pela segunda vez neste ano, em cumprimento ao programa especial, e que se encerrará em janeiro próximo.

Este programa especial, ordenado por V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Chefe-do-Estado-Maior da Armada, no propósito de restabelecer a normalidade na passagem dos oficiais superiores por esta Escola — isto é, como Capitães-de-Corveta — foi a melhor solução encontrada para ressarcir o atraso que circunstâncias imperiosas vinham causando; e, parcialmente cumprido, vem recebendo sanção favorável da experiência.

Terá este Curso de efetuar-se em metade do prazo regular. Custará, é claro, aos oficiais, esforços redobrados, estudo mais intenso, ainda mais intenso que o habitual. Exigirá, sem dúvida, sacrifícios por parte de todos os órgãos da Marinha, ou por mais freqüente movimentação ou por maiores claros nas lotações — sendo esta turma, como se vê, quase idêntica à do 1º semestre, das maiores turmas na história da Escola. À própria Escola, aos seus oficiais, tocará atividade maior, que exerceremos com entusiasmo bem fundado nos bons resultados já colhidos. Penso que há motivo, Sr. Chefe-do-Estado-Maior da Armada, para estarmos todos convencidos de que os sacrifícios neste ano suportados, pelos navios e pelos estabeleci-

mentos, — para execução dêste programa especial, — têm sido úteis, e em breve mostrarão seus frutos. Ainda se trabalhará, nesta atual instalação, em condições materiais sofríveis — mas também nisto há motivo para certo otimismo: creio poder afirmar que será esta turma a última a usar esta casa, esperando-se que a próxima contará com edificio próprio, em acabamento na Praia Vermelha.

È esta turma, disse, quase idêntica à que a precedeu, praticamente igual. Maior quanto ao Corpo da Armada, 40, mais 1 estrangeiro, 7 Fuzileiros Navais, 6 Engenheiros Navais, 4 Intendentes de Marinha, 5 Médicos — compara-se no total de 63 com os 62 do 1º semestre, como a maior turma já passada pela Escola, — e mostra, no tocante aos Fuzileiros Navais, que já se alcança parcialmente o propósito pois são quase todos Capitães-de-Corveta.

Sêde bemvidos, Srs. Officiais.

Damos todos especialmente boas vindas ao Comandante Garcia, da Marinha da Venezuela, que ora reata o costume fraternal de enviar-nos um de seus distintos officiais, o que muito prezamos.

Estamos prontos, o Diretor e todos os officiais que aqui servimos, a auxiliar-vos nesta incumbência que ora vos dá a Marinha, — para que vos dediqueis ao preparo intelectual para a guerra,

aprofundando-o, livres dos encargos administrativos ou técnicos, sempre absorventes. A esta preparação intelectual, que constitui óbvia obrigação individual de todos que servem à Marinha, dareis agora exclusiva atenção usando esta pausa na rotina profissional para a pesquisa, a meditação, a simulação na carta ou no tabuleiro, individualmente ou em grupo, o estudo enfim do problema da guerra no mar, formando e mantendo a atitude mental adequada ao procedimento que adoptareis na eventualidade da guerra.

Como a vossos antecessores, recebemo-vos como homens do mar e homens de guerra, portadores de experiência não pequena na carreira, afeitos já às dificuldades do comando e da administração e à inconstância da fortuna do mar; só vos falta a experiência direta da guerra, visto que iniciastes a carreira quando já terminara a II Guerra Mundial. Esta experiência, procuraremos, officiais e instrutores mais velhos, transmiti-la em primeira mão — e assim seguir o lema desta Escola. — **LEMBRAI-VOS DA GUERRA.**

Contamos todos ainda, para isto, com a contribuição inestimável da Missão Naval Americana, que por seu ilustre chefe e por seus distintos officiais aqui destacados, nos traz diretamente a lição colhida pela grande Marinha

irmã e a experiência recente das últimas campanhas.

### Senhores Officiais:

Lembrarmo-nos da guerra — neste País que já desfruta 23 anos de ininterrupto período de paz, e que há 100 anos não sofreu mais a presença do inimigo em seu solo — requer já estudo, memória, imaginação.

Voltamos o espírito, naturalmente, para as campanhas em que teve nossa Marinha de participar com tôdas ou algumas de nossas forças navais — primeiro para a campanha na qual há 25 anos empregamos tôda nossa força naval disponível, contra os submarinos inimigos principalmente, no Atlântico Sul, em proteção do tráfego marítimo e em defesa dos portos; em seguida, para a de 50 anos atrás, quando enviamos um grupo de aviadores navais à Inglaterra e quando destacamos para a outra margem do Atlântico Central a divisão Frontin para combater a ofensiva submarina; — finalmente, para a árdua campanha ribeirinha que empenhamos no rio Paraguai, e cujos eventos se comemoram centenariamente nos dias que correm; — para não estendermos mais longe o pensamento, nas lutas que, desde a Independência, mantiveram nossa Esquadra em quase permanente prontidão.

Tôdas essas campanhas merecem estudo e meditação. Assim como os interregnos de paz, pois nestes se notam as falhas da providência e os atrasos na providência, tanto mais graves quanto mais longos êsses interregnos.

Vale recordar, à luz da experiência que tendes e em comparação com fatos mais recentes, o que foi, em seguida à passagem de Humaitá, a dura tarefa da esquadra já vitoriosa e gloriosa de Inhaúma, a prolongar-se no forçamento do Timbó, no Tebicuari, nas passagens de Angostura, que, de 1º de outubro a 26 de novembro de 1868, forçou *seis vezes*, na tomada da Vileta, no movimento de margem para margem e no desembarque, em S. Antonio, do Exército de 16.000 homens inclusive cavalaria, em poucas horas, sem perda alguma, cobrindo-o e apoiando-o com seus canhões, atuando como força de vanguarda e força de choque, cobrindo-lhe a retaguarda, perseguindo o inimigo rio acima até seus tortuosos afluentes, em demonstração das mais eloqüentes do valor do poder naval nas campanhas ribeirinhas.

Vale recordar a comissão da divisão Frontin, primeira força neste século enviada além-mar para ação de guerra, feito notável de energia e capacidade de sacrifício — de que podereis formar uma pávida idéia à vista do rebocador “Laurindo Pita”, ora na

carreira do Arsenal, em reconstrução, um dos raros, senão o único navio da I Guerra Mundial ainda em serviço.

E recordar, especialmente, a última campanha, a campanha anti-submarina da II Guerra Mundial, da qual provavelmente alguns dos senhores guardam impressões pessoais, e da qual nós os mais velhos colegas podemos transmitir relatos dos episódios vividos, campanha que constituiu ingente esforço de improvisação de navios e de bases, cujo ímpeto, ainda não esmorecido de todo, convém aproveitar e incentivar.

Meditemos mais longamente, nisto que mais de perto conhecemos, repetindo o que venho repisando neste curso.

Todos vivemos aquêles dias cruciais de janeiro de 1942 seguintes ao ataque a Pearl Harbor, durante os quais o Rio de Janeiro foi a sede da aliança pan-americana contra o agressor, e nos lembramos bem de que a lição da surpresa desastrosa em que foi colhido o grande aliado, mal aproveitou a nós, logo após também surpreendidos por sangrenta agressão em nossos mares. Lição melhor não há do que aquela que vivemos, portanto relembremo-la, examinemo-la em todos seus aspectos. **Onde estávamos então?** Que fazíamos? Que soubemos do que se passava a tão pouca distância de nossos lares, de nossas

bases, de nossas linhas de navegação costeira? Que parte fomos chamados a dar de nosso esforço, que contribuição realmente trouxemos à causa e que mérito podemos reter da vitória? **Que aprendemos, afinal?** Que constatamos, logo após a vitória, do acerto das previsões sobre a **missão** que nos coube assumir, sobre o **conhecimento do inimigo**, sobre a escolha dos **meios**? Quão bem conhecíamos o **teatro de operações**, quão melhor que o inimigo o conhecíamos, quem dêsse conhecimento tirou melhor partido? Quanto trouxemos, em seguida, para aperfeiçoar nossos meios, nosso adestramento, nossa capacidade de proteger a atividade nacional no mar, no mar que nos é fronteiro, nos mares que desejamos cruzar na grande arena da civilização? **Quanto fizemos para que saudosos companheiros não tenham desaparecido em vão?**

Falhas e atrasos, que os longos períodos de paz agravam à proporção que o tempo vai esbatendo as impressões colhidas na experiência e que o progresso faz esquecer a importância da segurança, são até certo ponto admissíveis, naqueles que não tem obrigação específica de lembrar-se da guerra, e também de lembrar-se do mar. Compete aos homens do mar, os primeiros a sentir o duro efeito da surpresa, solicitar a atenção de seus compatriotas,

compete aos da Escola de Guerra Naval fazê-la lembrada, de seus colegas e de seus compatriotas, compete-lhes ainda lembrá-la em todos seus aspectos, variações e até detalhes, e antecipar soluções a todos os problemas que humanamente fôr possível figurar, pois esta é a súpula da preparação mental para a guerra.

Por não desejar a guerra, a opinião pública mostra desapeço à preparação militar. Este pendor pacifista, inegável, profundo e bem demonstrado em 1917 e 1942, não impediu, porém, fôsse o nosso povo compelido a combater nas duas Guerras Mundiais. Destas lutas conheceis algo, por conviver com a geração que se empenhou na primeira e por ter, ainda adolescentes, sentido o impacto da segunda.

A conseqüência do despreparo, ou da má preparação foi, como vimos, a surpresa no evento inicial, recebido como agressão intempestiva, em agosto de 1942, apesar de precedido por situação política sombria e por situação estratégica desfavorável, que não desculpam a alegada surpresa.

Imediatamente sentimos — te-reis vós mesmo sentido nos vossos lares e nos colégios — a escassez de alimentos e de petróleo que já em 1913 o Almirante Percy Scott prognosticava a seus patrícios das Ilhas Britânicas. Mais tarde, tereis compreendido o quan-

to aquela escassez entrou a nossa indústria, ávida de expansão.

A lembrança das agruras sofridas não se torne lamentação, e sim fundamento à melhor preparação. Cabe-nos, a todos, estudá-la e disseminar os resultados de nossos estudos.

Um dos motivos da displicência, e até da ojeriza, à preparação militar do País, é a confiança na imunidade conferida às nações de menor potencial bélico pelos sistemas de aliança e pelo equilíbrio internacional entre as grandes potências. Em nosso caso, como em toda a América do Sul, junta-se a isto o relativo isolamento geográfico dos grandes teatros de operações. Tal como aconteceu de 1914 a 1917, e de 1939 a 1942, quando se passou relutantemente de neutro a beligerante, pensam muitos evitar os horrores da guerra, ignorando-a e deixando-a aos grandes aliados. Tal atitude se justifica por um sentimento de segurança alimentado por um quarto de século em paz, por não termos, nas duas Guerras Mundiais e mesmo na campanha do Paraguai, empenhado senão uma fração proporcionalmente pequena de nossos compatriotas; por ter o País nestas lutas continuado, sem interrupção, todas suas atividades pacíficas, e mesmo progredido; por não sofrer, há um século, a presença de tropa inimiga em seu solo; por não ver, mesmo

de suas atalaias na costa, navio inimigo algum em suas águas territoriais; enfim, por poder dizer neste século como os espartanos que a mulher brasileira nunca viu o fumo do acampamento inimigo.

Torna-se imperativo, a nós, relembrar-lhes os terríveis efeitos da surpresa que o perturbador da paz em que vivíamos nos inflingiu, sem que o tivéssemos avisado, e quanto nos custou, a nós e a nossos aliados, mostrar-lhes, no fim de anos de sacrifícios, nossas bandeiras vitoriosas.

É importante lembrar-lhes que o perturbador da paz em que vivemos se prepara para algo nefasto, está já preparado para ações de envergadura e que ninguém poderá dizer-se surpreendido, porque seu propósito declarado é destruir a civilização ocidental, a maneira de viver que prezamos, adotamos e almejamos manter; porque se instalou, há anos, em uma grande e bela ilha de nosso hemisfério; porque acaba de invadir um país, vizinho e mesmo aliado, à mais ligeira veleidade de discrepância na sua maneira de viver.

É importante ainda despertá-los do enganador sentimento de segurança em que se comprazem. Certo, não conseguirá o perturbador invadir nosso território pois um oceano nos separa, nem subversivamente chamar nosso

País à sua órbita depois da repulsa sofrida em 1964. O mar, julgam, nos separa. Esse juízo na opinião pública, significa, para nós, que o poder naval do ocidente se interpõe, diante dêle, em nosso favor; e historicamente, o perturbador prefere cingir-se à defensiva em sua vasta e contínua massa terrestre e optará pela expansão em rôlo compressor de grandes exércitos.

Nessa ilusão se tem deixado embalar muitos observadores, em vários países, alguns até vizinhos, até recentemente. E, em muitos países marítimos, em opção implícita que chega a ser trágica, esse secular sentimento de segurança tem levado governantes ineptos e cidadãos desavisados a medidas que importam em preterir os elementos formadores do Poder Marítimo, preferindo destinar recursos e investimentos a outros setores do Poder Nacional. Ora, se alguma coisa parece ter mudado radicalmente, nesta última década, na atitude do perturbador, é o seu notável progresso nas atividades marítimas, executado com evidente urgência, e com ameaçadora amplitude. Tudo indica que seus atuais dirigentes fizeram a grande opção de tornar seu país potência marítima, atribuindo à sua marinha parcela considerável dos recursos disponíveis. Não mais apenas os submarinos, a arma clássica de perturbação no

mar, por si sós ameaça terrível, porém tôda a gama de navios e de sistemas de armas, de combate ou não, desde os navios-aeródromo aos de pesca, aos de pesquisas científicas, às bases ultramarinas, situadas em território de aliados ou simplesmente móveis. Não mais limitados às antigas aspirações imperiais de saída para portos em águas quentes, porém a conveniente dispersão de fôrças navais permanentemente postadas além-mar, à superfície ou imersas. Não mais apenas “mostrando a bandeira”, em pacífica ostentação de fôrça, porém provocando incidentes, até colisões de navios, acompanhando à certa distância as fôrças navais ocidentais que se adestram no alto-mar, com navios de todos os tipos, até os de pesca, penetrando em seus dispositivos, penetrando em águas territoriais sem comunicação prévia e em passagem nada inocente, enfim, perturbando — como fazem agora com a fôrça da NATO em exercícios no Mar do Norte, segundo notícias da semana passada.

Vejamos a informação recente de um seu vizinho (publicada em julho último). O Almirante Jeshonnek, Inspetor da Marinha da R.F. da Alemanha, colocado em crítica fronteira marítima declara:

«O Poder Continental da União Soviética evoluiu depois da II Guerra

Mundial para um Poder Naval que «ocupa o 2º lugar no mundo. A tonelagem de navios mercantes aumentou, de 1946 a 1968, de cerca de 1,6 milhões para 12 milhões de toneladas. Ao se apreciar a sua armada tem-se de partir do princípio de que não apenas os navios de guerra, mas também os mercantes, pesqueiros e de pesquisas foram construídos com características bélicas e estão submetidos a um comando central. A União Soviética dá atualmente instrução a 9 vezes mais técnicos e construtores navais do que os Estados Unidos. A sua frota de pesquisa é maior do que tôdas as outras frotas semelhantes do mundo, reunidas; sua missão inclui, além da Oceanografia e Hidrografia, o acompanhamento de todos os movimentos dos navios ocidentais.

A sua frota de pesca é a maior do mundo. Constantemente, estão construindo navios de pesca que servem também para operações anfíbias. Trata-se em parte de navios tênder que podem transportar 6 a 14 pequenos pesqueiros de 50 toneladas».

«A frota de combate soviética foi, nos últimos tempos, sensivelmente reforçada e continua a aumentar o seu poder. O ponto principal dessa ampliação: cerca de 360 submarinos, sendo 50 nucleares. Número crescente de navios de superfície armados com mísseis de superfície de grande alcance, os quais não têm presente-mente similar nas Marinhas ocidentais. Sua capacidade anfíbia está sendo ampliada. Pela primeira vez, entrou em serviço recentemente um porta-helicópteros. A Fôrça Aeronaval dispõe de cerca de 940 aviões operacionais».

È no Báltico que se apoia, principalmente, esta formidável potência naval, é daí que, pelo Mar do Norte, se desenvolve no Atlântico. No Atlântico, onde todos os dias navegam 2.500 navios mercantes, seus navios de combate se mostram a todo instante.

Do Atlântico, muitos destes poderão passar a operar em outros mares, no Mediterrâneo onde outros 1.000 navios mercantes são encontrados, diàriamente, onde poderão reunir-se a outros navios de sua bandeira que em menor número, se apoiam em bases secundárias — e também, no Índico, onde as rotas do petróleo, as rotas vitais para o Ocidente, são permanentemente observadas por outras fôrças navais, suas, menores porém potencialmente tão perigosas para o Ocidente quanto as maiores nos mares europeus.

Essa ameaçadora atitude, essa formidável ordem de batalha, não só ostenta; importuna, vexa, molesta os navios das Marinhas ocidentais, às quais nos ligam tratados de assistência mútua ou tendências tradicionais de alianças nas horas difíceis. A nós, só de longe se mostra, só de vez em quando provoca, de leve, com inocentes barcos de pesca ou navios de pesquisas científicas, como se calculadamente cultivasse a inércia de todo nosso sistema político, quase apagando a lembrança de, alguns anos atrás, intrometer-se imerso nos dispositivos de adestramento inter-aliado, deixando-nos, agora, tranqüilos.

È de temer, principalmente porque nos dá êste presente...

**Como reage, à vista destes sinais de mau tempo, a nossa gente?**

Como reage a nossa elite, cujos expoentes teriam de percebê-los ainda abaixo do horizonte? Como reagimos nós, homens do mar, obrigados por função a sentir a urgência de preparar a nau para o temporal iminente, obrigados, como homens de guerra, a preparar a armada para o combate, ainda que não passe isto de uma possibilidade?

Deixo aqui estas questões, abertas à vossa ponderação. Pois é aqui que começa, racionalmente, a preparação, com a preparação intelectual, que compete a esta Escola, e na qual nos empenhamos todos nestes próximos meses, a partir dêste momento.

Não o podemos fazer sem pressa, pois é grande a apreensão. Há que conservar a cabeça fria, mas pensar depressa — para que nós mesmos ou nossos companheiros preparem, sem perda de tempo nem desvios da orientação adequada, os navios, as armas, os equipamentos, as bases, os estaleiros, os grandes serviços e, acima destes, o **peçoal**, e ainda, para que se consiga, de todo o povo, a adesão à idéia da influência do Poder Marítimo na sobrevivência desta nação marítima.

Também estamos, povo, elite e govêrno, em momento de grande opção.

Voltaremos a frente para o mar, depois de anos de empreendimentos erráticos, esquecidos do mar, descuidados das emprêsas marítimas largadas à metódica ação corrosiva dos agentes da subversão, enterrando a escassa poupança em obras suntuárias ou de remuneração remota?

Há talvez, nisso, encorajadores indícios de mudança. Ainda não opção franca, reconhecimento explícito das vantagens da atividade marítima, ímpeto vigoroso na direção do mar; mas a dura lei da necessidade leva aos poucos a procurar, na costa e na plataforma continental, os recursos que minorem a fome de proteínas e de energia, — e nas rotas marítimas o único meio de aquisição e de distribuição do petróleo e de intercâmbio dos produtos siderúrgicos. Quem sabe só nos falta um impulso, alguns líderes esclarecidos, uma minoria decidida, para desencadear a ação entusiástica nas lides oceânicas?

Sem isto, não haverá prosperidade nem segurança, no agitado mundo de hoje. Com isto, estaremos em merecido lugar de destaque na grande aliança ocidental que é antes de tudo uma aliança atlântica, altivos diante do perturbador, unidos diante do perigo, confiantes em nossa capacidade de repelir suas insídias e seus ataques, fiéis às nossas origens marítimas.

Antes de encerrar estas considerações, desejo Sr. Chefe do Estado-Maior da Armada, agradecer a honra que nos confere presidindo a esta cerimônia de início de discurso. Parece que é esta a última que se realiza sob o comando de V. Ex<sup>a</sup>. Bem apreciamos, todos os oficiais que aqui servimos, do Diretor ao mais moderno dos alunos, o quanto lhe devemos por ter decidido, e apoiado, a programação especial que restabelecerá na Marinha e na Escola, a normalidade desejável.

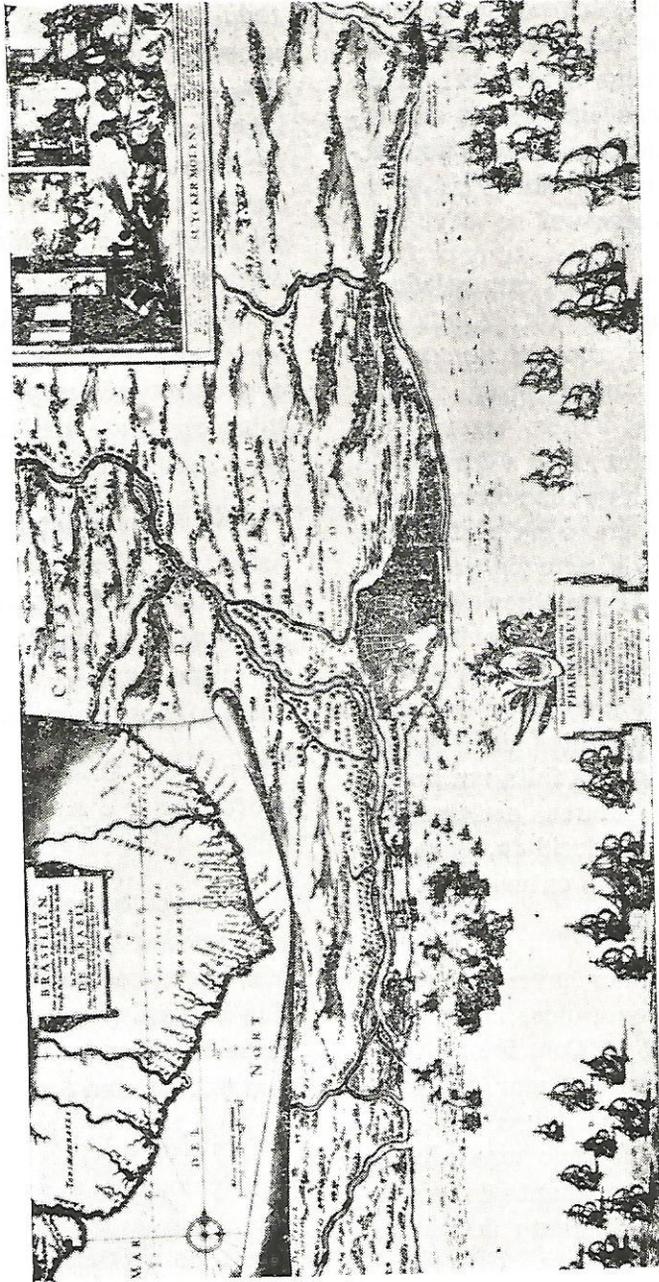
Aos Srs. Almirantes que nos honram com sua presença, e aos quais devemos o sacrifício feito pelos serviços que dirigem em favor dêste curso — nosso reconhecimento e agradecimento.

**Senhores Officiais** — Vamos agora iniciar o nosso trabalho escolar.

Disse-vos que apesar da pressa, será preciso fazê-lo com a cabeça fria, serenamente, com a razão. Mas só será possível fazê-lo com entusiasmo, com firme vontade, com paixão, com o coração quente.

Pois tôda a história nos mostra, principalmente a história naval, que acima da competência profissional, de proficiência científica, da inteligência e da cultura, para o desempenho do Comando, estão as fôrças morais.

REMINISCÊNCIAS  
UMA OPERAÇÃO ANFÍBIA DO SÉCULO XVII (1630) ...



Reprodução fotográfica de uma antiga gravura holandesa, existente no Museu do Estado, Recife, PE.

## Bref recit

De ce qui s'est passé à la prise  
de la VILLE

### Olinde de renambouc.



Comme ainsi soit que les Sieurs Administrateurs de la Compagnie Octroyée des Indes Occidentales, avec advis des Hauts & puissans Seigneurs les Etats Generaux & le Prince d'Orange, eussent esté bon de faire une entreprise sur la ville d'Olinde de Fernambouc, Ville principale de tout le Brésil, située en lieu fort plaisant & delectable, ayant un port de mer fort propre. Et il qu'iceux ont fait équiper de toute diligence environ 59 Navires, montez d'environ 3700 Soldats, & 3780 Matelots, & en outre pourvus de toutes choses necessaires, lesquels navires estz sortis en Mer, au mois de Juin, en plusieurs flottes, prirent leur rendez-vous en la Baye de S. Vincent, d'où e'lt qu'ils partirent le 26 Decembre 1629, prenaient leurs cours avec assez bon temps, pour la coste de Brésil, où ils arriverent le 12 de Fevrier, à la hauteur de bois degrez, du costé du Sud.

L'an 1630, le 13 de Fevrier à midy, ils arriverent à la hauteur de huit degrez & trois minutes; le Vent étant Est & beau temps, environ hors de veuë de ceus du Pays. Ce jour cy tons les Capitaines de Navires reçurent ordre & commandement, pour aller couragementement attaquer le lieu de Fernambouc, & furent quant & quant les navires & equipages repartis comme l'ensuit, à sçavoir.

Et premierement, on deslembarquas en 16 Navires & Pataches de l'Armée entiere, consistant en 720 bestes, à sçavoir 3780 Matelots, & 3700 Soldats, le nombre de 201 Soldats, & 699 Navires, outre 530 autres Matelots, qui demeurent dans les Navires pour la conduite d'iceux, à l'advant de leur grandeur, & estoient les suivants, marquez de la lettre A. à sçavoir:

- Le navire nommé la *Lune*, dont estoit Capitaine Nicolas Florissen.
- Le navire nommé *Jacques*, dont estoit Capit. Laurens Claffen.
- Le navire nommé *Swal*, dont estoit Commandeur Dirk Simoniffen.
- Le navire nommé *Orreche*, dont estoit Vice-amiral Cornelie Claffen Melck-meyt.
- Le navire nommé l'*Oranger*, dont estoit Capit. Jacob Pieteriffen.
- Le navire nommé *Nassau*, dont estoit Capit. Cracht Fredericiffen.
- Le navire nommé *Maurice*, dont estoit Capitaine Jean Corneliffen.
- Le navire nommé *Ouland*, dont estoit Capit. Hendrick Corneliffen de Reux.
- Le navire nommé *Gracingen*, dont estoit Capitaine Simon Volckerts Bobbert.
- Le navire nommé la *Ferne*, dont estoit Cap. Aucke Douwes.
- Le navire nommé le *Lyon d'or*, dont estoit Cap. Jacob Theunis Shluis.
- Le navire nommé le *Charval de Pesty*, dont estoit Cap. Jean Iansffen.
- Le navire nommé le *Salsijaulan*, dont estoit Cap. Pierre Dirickiffen.
- Le navire nommé le *Salsid'or*, dont estoit Cap. Jacob Huygen.
- Le navire nommé *Hollanda*, dont estoit Cap. Thomas Sicques.
- Le navire nommé l'*Ethiopienne*.

Lesquelles gens se devoient deslembarker & mettre à terre du costé du North de la Ville d'Olinde, au lieu plus propre au dessein, pour envahir la ville par terre. Aux fins dequoy, estoit Chef & Conducteur noble Sieur *Ditrac de P'Ardeembourg*, Colonel, Gentilhomme, divisé en trois Regiments ou Troupes, dont avoit l'Avant-garde & commandement particulier le Sieur Lieutenant Colonel, nommé *Adolf Verisil*. Le Corps de la bataille avoit le Sieur Lieutenant Colonel, nommé *Harriman Gadsifid de Steynacroffels*. Et l'Arriere-garde, le Sieur Capitaine Major *Honx Foucques*.

Furent encor laissez aux Navires & Pataches, nommez *Overissel* & *Mayden*, cinquante cinq Matelots, lesquels au mesme temps, que l'exploit le firent, devoient à la pointe du jour, s'en aller au dessous de la ville d'Olinde, pour voir s'il y auroit commodité de mettre là quelques gens à terre. Les forces restantes de tous les navires & Equipages, pour assaillir les Recifs, furent reparties dans les Navires comme l'ensuit.

Dans les deux navires suivants, marquez de la lettre B. & nommez *Dambourg* & le jeune Prince *Maurice*, demourerent seulement cinquante cinq Matelots, qui passeroyent sur devant la Bouche ou Entrée de la Barrette, pour voir & descouvrir, si on pouvoit entrer dans le Recif, par ladite Entrée avec des Pataches ou autres Engins de navigation. Pust aussi deslembarker ou mis es onze Pataches suivantes, marquées de la lettre D, à sçavoir:

La *Freigate d'Espagne*, le *Chevalier noir*, le *Regnard*, la *Concorde de Derworen*, la *Ferrière Fille*, le *Bracque*, le *Flabanc*, le *Lacroy*, la *Cigogne*, la *Servant de Zelande* & la *petite prise Française*.

Deux Compagnies de Soldats, chacune de 223 bestes & 350 Matelots, qui restoyent dans chaque Patache, pour la conduite & gouvernement d'iceux. Et fust ordonné assidites Pataches, de se tenir si long temps au dessus de l'Entrée du Recif, avec petites voiles, jusques à ce que le signal fust donné d'assaillir & prendre ledit lieu de Recif.

ordonné des forces restantes, les Navires suivants, marquez de la lettre C, à sçavoir: *La Lyonne*, le *Lyon noir*, le *Faulcon d'or*, la *Concorde de Dori*, la *Cyprone* & *Terbaleu*. Lequels si tost que le signal d'entrer seroit donné, le premier entreroit par le *Paco*, entre les deux Forts, estans pourvus seulement de quelques Matelots; pour par leur venue, contraindre, tant que seroit possible, ledits Forts, & que ledits Pataches peussent entrer plus franchement.

Le Sieur General avec tous ces Navires cy & Pataches restantes, pourveurent seulement des Matelots, restans pour pouvoir gouverner l'Artillerie. le mettroient tout au dessous du petit Fort, le plus éloigné qui est sur le Recif dehors, pour premierement le contraindre à se rendre ou le faire inhabile. Lequels Navires & Pataches sont marquez de la lettre E, à sçavoir: *Le Navire d'Amsterdam*, le *Verger d'Hollande*, la *Salemandre*, la *Provence d'Orreche*, *Amersfort*, *Campan*, *Amalia*, le *Gallion de Zelande*, le *Conte Ernest*, le *Nepune*, le *David*, *Monsquedam*, l'*Armeur de Herme*, l'*Herbivere*, le *Lyon*, le *Saulman*, le *Louze*, l'*Hyrondele*. En tous & chascuns desquels dits Navires, Pataches & Equipages, consistoyent toutes nos forces, & devoient ce soir là aller rebarger proche de terre, pour exploiter leur dessein: mais le temps d'embarquer le monde d'un navire à l'autre, fust trop court: de sorte qu'ils laisserent couler, & le mesme jour revindrent vers la flotte; le Navire *Hollanda*, la Patache *Hyrondele* & le *Saulman*, qui s'estoient tout voyez d'eux, environ la Ligne, & trouverent sur la Coste encores de la seconde flotte l'*Ethiopienne* de *Zelande*.

Le 14 dudit mois, on preparat tout, pour accomplir l'exploit, le lendemain 15 dudit mois. Et le soir le Sieur General fist donner le signal ordonné, pour faire prieres generales dans tous les Navires, & afin que chascun le rengast sous bon equadre ordonné. Le matin, ledit Sieur General, fist prendre cours à les Navires, autour du Sud, au quel, le matin, ils se peussent rencontrer au dessus de l'Entrée sans devailler trop bas, & sur ce les 16 navires, sus mentionnez, dans lesquels estoient les Equipages qui devoient estre mis à terre, preindrent leur cours contre le rivage. Le 15 dudit, ils estoient avec un temps fort doux & peu d'eau; au Sud de *Fernambouc*, saylans voile avec vent derriere, pour le Recif. Les 16 Navires & Pataches, les rengent le long de terre, pour y deslembarker leurs gens. Contre le midy, le Sieur General, arriva devant ledit Recif avec les Navires, & le planta tout proche du petit Fort, le plus extreme. Et fust tiré des le midy jusques au soir à toute force par les deux Forts, comme aussi l'Ennemy hil fur eux. Les Navires du *Paco* & les Pataches ordonnées pour entrer dedans, teindrent cependant la voile, pour contre trois heures, que l'eau devoit estre au plus haut, passer avant & entrer: mais l'Ennemy qui long temps auparavant avoit e'lt adverti de leur venue, avoyent estoupé l'Entrée sur les Seiches, avec des Navires qu'ils avoyent fait enfoncer, mesmes aussi au *Paco*, & devant la Barrette; de sorte que rien ne se peult faire par ce lieu là. On continua toutes-fois à tirer fort & ferme, jusques au soir: mais avec peu d'effect, d'autant que les Boulets n'estaignoient point leurs Ports: mesmes que par le inoüvement de la Mer, on ne pouvoit gueres prendre ni tenir de mire & visée. Et pourtât furent-ils contrains de se retirer le soir avec les Navires, qui s'estoient régez tout proche de terre. Le Sieur Colonel estoit cependant empesché à deslembarker ses gens, environ deux heures au North de la ville d'Olinde: mais ils ne peurent ce jour là mettre ledit ordre, qu'ils peussent advancer quelques chose par derriere: mais se hiet prest, pour marcher le lendemain à la pointe du jour, ainsi qu'ils firent le 16 d'iceluy, que le Sieur Colonel approcha en trois troupes & tres-bon ordre, sans s'empoüvoir aucunement, pour la resistance & tirement de l'Ennemy, assaillans environ midy magnaniment la ville de plusieurs canons, s'en rendirent maistres en peu de temps, avec perte de peu de gens de part & d'autre, & obeindrent la victoire du Seigneur. Estant icellu la ville au rivage de la Mer, tres-bien fortifiée & munie de trois Ports, Parapets & Retrenchemens, & pendant que le Sieur Colonel approchoit la ville, du costé du North, le Sieur General envoya à terre ledits deux Compagnies de Soldats & Mariniers, qui estoient es Pataches ordonnées pour entrer dedans, lesquelles se deslembarkerent, & allerent fort facilement à terre, au lieu marqué de la lettre F, pour aussi les assaillir du costé Meridional; mais avant qu'ils fussent du tout bien à terre, la Ville fust en partie gagnée. Apres la prise de laditte ville d'Olinde, on y mist quant & quant Garnison, étant le monde si lassé & retrecu, qu'à peine se pouvoient-ils soustenir sur leurs lumbes. L'Ennemy avoit emporté dans le Pays tous ses biens & moyens, nonobstant que, suivant la *Charabarteron des Espagnols* & le Gouverneur, *Admiral de Albuquerque*, il avoit esté defendu, à peine de la vie, que personne n'eust à emporter aucuns biens hors de la ville, afin que pour iceux ils fussent plus grande defense, & ne fust trouvez dans la ville qu'environ cent Ceiffes de Sucre, quelque Vin & autre menutez de petite importance seulement.

#### Declaration du nombre des Chifres dans la Ville.

- |  |   |
|--|---|
| 1 Le Collège des Jéfuites,   | 8 La Messifium.   |
| 2 La grande Eglise,  | 9 St. Jean.   |
| 3 Sarril Americain   | 10 La vieille Cabelle du Roy.   |
| 4 Un Collège royal, faict pour y prendre 5 professeurs, lesquels furent detruits par la prise de la Ville. | 11 Une Chaussee de Falfin.  |
| 5 5 Brucis.  | 12 Les Petites des Rentrachement en bas à la Ville.                                   |
| 6 5 Priores.   | 13 Un port de bois, qui est le plus grand port de la Ville, pour entrer dans le Pays. |
| 7 3. Franques.   |   |

F I N.

# PREPARO TÉCNICO-PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DO CORPO DA ARMADA

Capitão-de-Fragata Henrique Saboia

ESTUDO DE ESTADO-MAIOR

ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
RIO DE JANEIRO, GB.

30 de setembro de 1967

**Assunto:** Preparo técnico-profissional dos oficiais do Corpo da Armada.

**Referências:** a) Pr-3 (Sup)-67 da EGN  
b) Anexo «B» Bibliografia.

## 1 — PROBLEMA

Estudar o preparo técnico-profissional dos oficiais do Corpo da Armada, desde a sua nomeação a Guarda-Marinha, até o ingresso nos cursos de Estado-Maior da EGN, sugerindo as modificações que julgar convenientes no sentido de tornar mais eficiente tal preparo.

O propósito indicado do EEM é: 1) focalizar a atenção dos oficiais-alunos para o problema do preparo adequado dos oficiais, na fase intermediária da carreira, em que há necessidade do estabelecimento de normas mais bem definidas e homogêneas; 2) obter subsídios que possam facilitar o estudo do problema pelo EMA e DPM.

Trata-se de um problema de caráter administrativo, a ser estudado no prazo de 60 dias, sem prejuízo das funções normais do solucionador.

## 2 — HIPÓTESES

a) Os cursos do Colégio Naval e da Escola Naval poderão ser ajustados de modo a dar tóda a base cultural e científica, bem como os rudimentos da formação técnico-profissional necessários ao futuro aprimoramento técnico-profissional do oficial.

b) Os cursos de Comando e Superior da EGN prepararão convenientemente os oficiais superiores para o exercício das funções de Comando de Fôrças Navais, de Direção de Serviços e em Estado-Maior e para as funções de Comando e de Planejamento nos altos escalões.

## 3 — FATOS PERTINENTES

a) A Ordenança Geral para o Serviço da Armada estabelece as comissões de embarque que competem ao oficial da Armada e fixa as atribuições e responsabilidades dos oficiais nas várias comissões.

b) Existe uma falta de cerca de 170 oficiais no CA, de acôrdo com o Boletim do 1º Bimestre de 1967.

c) Os cursos de Comando e Estado-Maior da EGN são conduzidos atualmente com cerca de 30 Capitães-de-Fragata como alunos.

d) Foi suprimido o Curso Básico da EGN, que era feito por correspondência.

e) No futuro os oficiais serão matriculados no curso de Comando e EM da EGN como CC antigos ou CF.

f) Os cursos de EM da EGN continuarão a se constituir, basicamente, dos mesmos assuntos ora ministrados, com as expansões e atualizações que se forem tornando necessárias.

g) Em alguns assuntos do curso de Comando da EGN, uma parcela preciosa de tempo disponível é utilizada em estudos de caráter tático e/ou técnico.

#### 4 — DISCUSSÃO

A fim de melhor ordenar o estudo, julgamos ser conveniente decompor o preparo dos oficiais do Corpo da Armada em três fases de aprimoramento técnico-profissional, a saber:

##### 1ª Fase — Preparatória:

Abrangendo o tempo de aluno do Colégio Naval e de Aspirante da Escola Naval.

##### 2ª Fase — Intermediária:

Abrangendo o período que vai da nomeação a Guarda-Marinha até o ingresso nos cursos de Estado-Maior da EGN (promoção a CF).

##### 3ª Fase — Avançada:

Abrangendo o período que vai desde o ingresso na EGN (promoção a CF) até os postos mais elevados.

Tendo em vista os limites estabelecidos na Proposição, o nosso estudo ficará limitado à 2ª Fase. Para permitir êsse estudo parcelado, admitimos que os cursos do Colégio Naval e da Escola Naval darão a base cultural e científica e os rudimentos da formação técnico-profissional necessários ao futuro aprimoramento técnico-profissional do oficial.

Entendemos, por outro lado, tendo em vista as considerações contidas na Proposição, que na 3ª Fase o oficial será convenientemente preparado para o exercício das funções de Comando de Forças Navais, de Direção de Serviços e em Estado-Maior e para as funções de Comando e de Planejamento nos altos escalões.

O período intermediário da carreira do oficial do CA, que vai da nomeação a Guarda Marinha até a promoção a Capitão-de-Fragata, abrange um período mínimo deter-

minado pelos interstícios regulamentares — de 16 1/2 anos. Neste período, após o estágio de Guarda-Marinha, o oficial pode desempenhar, normalmente, as seguintes funções:

- Serviço a bordo
- Ajudante de Divisão
- Encarregado de Divisão
- Encarregados de Grupos
- Chefia de Departamento
- Imediatece de Navios
- Serviço técnico-Administrativo em órgãos e estabelecimentos.
- Serviço em Estado-Maior
- Comando de Navios.

Ao chegar a bordo como 2º Tenente, o oficial deve trazer consigo a bagagem que permita a sua qualificação para “fazer serviço” no pôrto e em viagem, e para as funções de Ajudante de Divisão.

Independente de qual a divisão em que o oficial vai servir começa êle desde logo a dirigir homens, a adestrar-se e a adestrar seus subordinados, a participar da administração da divisão, a cuidar da carreira das praças, etc. À vista disso, no estágio de Guarda-Marinha, deverá ser dada ênfase tôda especial aos assuntos relacionados com essas primeiras atividades do oficial a bordo.

Tendo em vista a tendência moderna de tornar o curso da Escola Naval mais acadêmico, é importante que o estágio de GM seja essencialmente naval. Assim,

deverá êle ser realizado a bordo de navio em constante movimentação. Nada melhor pois que a tradicional viagem de Guarda-Marinha, que, além de tudo, representa um grande atrativo para a carreira naval. Aproveitando ao máximo as possibilidades do Navio-Escola, o estágio de GM deve constituir-se no elo de ligação do curso da EN com as funções que o 2º Tenente vai exercer a bordo. O estágio deve servir como um remate e um curso de aplicação da instrução ministrada na EN.

A bordo, o 2º Tenente começa a exercer suas funções sob a supervisão de oficiais mais antigos, e a fazer serviços de ajudante e/ou oficial de quarto na tolda, no passadizo, no CIC, na máquina ou de Dirigente de Tráfego. Tendo em vista o caráter dessas atividades, há necessidade de aprimorar o preparo técnico-operativo do oficial, o que pode ser feito por meio de cursos de adestramento de pouca duração, relacionados diretamente com a função e/ou atividades que o oficial está desempenhando ou irá desempenhar.

Como em qualquer período da vida do oficial deve estar sempre presente a necessidade de prepará-lo paulatinamente para o Comando no mar, torna-se necessário que alguns desses cursos sejam obrigatórios para todos e é altamente conveniente que os 2ºs Tenentes passem pelos principais departamentos de bordo. O rodí-

zio começará a dar ao jovem oficial, uma melhor idéia do navio como um todo. A duração da permanência do oficial em cada departamento pode variar de acôrdo com as conveniências do momento, mas não deverá ser menos que 6 meses, a fim de permitir um razoável conhecimento do departamento.

Na MB o oficial tem a necessidade de acompanhar de perto a a condução, a manutenção e o reparo dos equipamentos de bordo, bem como tem o dever de orientar e adestrar seus subordinados nos assuntos técnicos. Torna-se então necessário que êle tenha uma formação técnica bastante apurada. Isto sòmente poderá ser conseguido através dos cursos de especialização (atualmente denominados de aperfeiçoamento). Para atender a isto, o oficial deverá ser selecionado para um curso de especialização. Esta seleção deverá ser baseada na preferência do oficial — manifestada em expediente à Diretoria do Pessoal após o primeiro ano de embarque, na conveniência do serviço e em critérios técnicos de seleção.

Uma vez selecionado para um determinado curso de especialização e tendo já concluído o rodízio pelos principais departamentos (no máximo três) do navio, o oficial deverá passar a servir, preferencialmente, em departamento cujas atividades sejam relacionadas com o seu futuro curso de especialização.

Ê de interêsse que a MB aproveite ao máximo as habilitações e conhecimentos que os oficiais adquirem nos cursos. Há, pois, grande vantagem em fazer o curso de especialização o mais cedo possível. Assim, parece recomendável que depois de dois anos a bordo, com a promoção a 1º Tenente os oficiais sejam chamados para os cursos. Na distribuição dos oficiais para os cursos das várias especialidades devem ser evitadas as distorções provocadas por interêsses pessoais. Sòmente o interêsse do serviço deve ser levado em conta.

Os cursos de especialização atualmente existentes são os de Armamento, Aviação, Comunicações, Eletrônica, Hidrografia e Navegação, Máquinas e Submarino. Dêsses, parece bem discutível a necessidade da existência do curso de especialização de Comunicações. Na realidade, sòmente uma diminuta percentagem dos oficiais com êsse curso lidam realmente com comunicações. A quasi totalidade dêles serve nos Departamentos de Operações, porém, em atividades de CIC e TAS. Parece mesmo que pretenderam criar uma especialidade de Operações . . . O preparo dos oficiais para os serviços de Oficial de Comunicações e Dirigente de Tráfego pode perfeitamente ser feito por meio de cursos expeditos para oficiais mais modernos, como é feito o preparo para funções de CIC e TAS. Com

a não existência do curso de especialização de Comunicações, as funções dos Departamentos de Operações seriam exercidas por oficiais das demais especialidades. Seu preparo seria complementado por cursos expeditos. Isto está perfeitamente de acôrdo com a idéia básica de preparar os oficiais de tôdas as especialidades para o Comando de navios.

Ainda com referência aos cursos de especialização parece fora de dúvida que além do preparo técnico, deve ser ressaltado o preparo do oficial para administrar as divisões e os departamentos a que se refere a especialidade. Por outro lado, na organização dos currículos, não deve ser perdido de vista que se pretende obter oficiais de marinha com conhecimentos especializados sôbre aquêle determinado assunto, e não engenheiros.

Após o curso de especialização o oficial inicia a fase de consolidação dos conhecimentos adquiridos e aprimorar-se. Sòmente a prática fará do recém-cursado um especialista. Isto exige que êle exerça funções relacionadas com o curso que acaba de fazer, a bordo de navios.

Para que o curso tenha o maior rendimento para a MB torna-se necessário que o oficial permaneça na especialidade o maior tempo possível.

Como o Regulamento de Promoções exige que os 1<sup>os</sup> Tenentes sirvam a bordo e que os Capitães-Tenentes tenham um mínimo de 3 anos de embarque, não deveria ser permitido desembarque de oficiais antes de completado essa última exigência. Assim, o oficial permaneceria nas funções especializadas de ajudante e encarregado de divisões, dois anos como 1<sup>o</sup> Tenente e 3 anos como CT, no mínimo.

Excepcionalmente, poder-se-ia permitir o desembarque de oficiais sòmente para frequentarem cursos de subespecialização ou mesmo de extensão universitária, quando êsses cursos forem julgados de grande interêsse para o serviço.

Após o mínimo de cinco anos de função técnica a bordo, o oficial poderá então ser designado para funções técnicas e/ou administrativas em órgãos e estabelecimentos, serviço de Estado-Maior, imediatice e Comando de navios.

Como até êsse ponto da carreira o preparo do oficial foi essencialmente técnico, torna-se necessário aprimorar o seu preparo nas áreas administrativa e operativa, de modo a qualificá-lo para êsses novos tipos de funções. É evidente que a melhor maneira de proporcionar êste preparo seria através de cursos regulares de administração e tática. Contudo, há que considerar outros fatôres, entre os quais avulta a grande falta de oficiais com que luta a MB. Se a

Diretoria do Pessoal luta atualmente com grandes dificuldades para concentrar 30 CF para o Curso de Comando e Estado-Maior da EGN, como poderia ela deslocar de suas funções normais um número razoável de CT ou CC para cursos de tática e de administração? Acresce ainda que, com a inauguração do novo prédio da EGN deverá ser aumentado o número de alunos do curso de Comando. À vista desses fatores, parece-me que a excelente idéia da criação da Escola de Tática é inexecutável na atual situação. Uma solução para o problema seria a criação de cursos por correspondência. É fora de dúvida que isto poderá parecer um retrocesso, pois vem de ser suprimido o Curso Básico da EGN, que era feito por correspondência. Acredito, porém, que as razões de sua extinção tenham sido produzidas mais pelas suas deficiências próprias do que pela sua característica de curso por correspondência. Na realidade não havia na EGN uma montagem apropriada para um curso por correspondência. Os instrutores do curso de Comando procuravam safar, «como um bico», os problemas dos cursos por correspondência. A pouca estabilidade dos instrutores não permitia que as publicações pudessem ser melhoradas e atualizadas. Os exercícios repetiam-se e o curso não evoluía.

Além disso, os alunos eram es-

colhidos em uma determinada faixa de antiguidade, sem se levar em consideração as enormes desvantagens que certas comissões traziam para alguns oficiais.

Sanadas essas dificuldades maiores, parece-me que a solução para a atual situação da MB, repousa mesmo nos cursos por correspondência, para o aprimoramento operativo e administrativo do CT e CC.

Essa solução é largamente empregada pela Marinha dos EUA.

Parece-me que a existência de um Departamento de Curso por Correspondência, realmente aparelhado, funcionando na EGN e mantendo não um, mas vários cursos por correspondência de menor duração, poderia representar uma solução ao problema. A matrícula nesses vários cursos seria feita por iniciativa do oficial interessado, em época que lhe fôsse mais conveniente. Os cursos não seriam obrigatórios. Poderia ser estabelecida uma série de cursos que, somados, dariam todo o preparo necessário ao oficial, nesse período da carreira, e o habilitariam a cursar o Curso de Comando e Estado-Maior da EGN. O oficial teria um período mínimo de 8 anos (3 como CT e 5 como CC) para tirar esses cursos. Como esses cursos não seriam obrigatórios, seria necessário criar incentivos para que os oficiais viessem a se interessar por êles. Isto poderia ser atendido considerando-se alguns desses

ursos como elementos essenciais de qualificação para o exercício de funções como a de Comandante de navio ou serviço em Estado-Maior. Por outro lado, como a somação desses cursos daria o preparo necessário para o ingresso na EGN, o concurso de admissão à EGN poderia ser baseado nas matérias por eles abrangidas. A aprovação do oficial num desses cursos, poderia dispensá-lo de prestar o concurso de admissão à EGN sobre a matéria nêle contida. Assim, um oficial que tivesse aprovação em todos os cursos teria assegurada a sua matrícula no curso de Comando, se assim o desejasse. Para eliminar a principal deficiência de cursos por correspondência, poderia ser incluído entre os requisitos para aprovação em cada um deles, além dos trabalhos normais, um exame de fim de curso.

Esses cursos por correspondência abrangeriam, no nível adequado, matérias como Informações, Organização, Administração, Planejamento Militar, Operações Navais, Logística, Direito Internacional. Uma vantagem desse tipo de curso seria permitir que oficiais ainda do pôsto de CT passassem a ter contato com problemas para os quais atualmente, êle só tem sua atenção despertada quando CC antigo ou já CF. Com êste tipo de formação, os oficiais iniciariam

o curso de Comando da EGN com outro nível médio de conhecimentos, permitindo que fôssem eliminados do currículo do curso de Comando, assuntos que são ali imprópria e/ou tardiamente ensinados.

O fato de que o preparo para funções operativo-administrativas seja feito básicamente por correspondência, não deverá de forma alguma eliminar a possibilidade de designar alguns poucos oficiais, devidamente selecionados, para fazerem cursos em escolas das outras Fôrças Armadas ou Universidades Civis, no Brasil ou no exterior. Evidentemente que tais cursos quando versarem sobre matérias semelhantes às dos cursos por correspondência dispensarão os oficiais de fazerem êsses últimos.

Outrossim, os CT ou CC selecionados para Comandantes de Navios Varredores, Corvetas, Rebocadores ou Contratorpedeiros deveriam ter oportunidade de fazerem cursos expeditos especiais de atualização de Varredura, Contrôle de Avarias, Socorro e Salvamento, CIC ou TAS.

Comparando-se as idéias discutidas com o que é feito atualmente, constata-se que a distinção fundamental reside no preparo do oficial para o exercício das funções operativas e administrativas. Realmen-

te, essa é a parte do preparo que mais precisa ser melhorada. É opinião bastante generalizada que o atual sistema é bastante satisfatório, até o ponto em que prepara Capitão-Tenente especializado para encarregado de Divisão. Daí em diante é que o sistema atual é bastante falho.

## 5 — CONCLUSÕES

A formação técnico-profissional do oficial na fase intermediária será completada pela somação dos conhecimentos, experiência, adiestramento e tirocínio a serem adquiridos em 4 etapas distintas de preparo.

A primeira etapa, com a duração de 6 meses, deverá ser a bordo do Navio-Escola a fim de adaptar o GM à vida de bordo. A instrução deverá ser objetivamente orientada no sentido de preparar o GM para suas primeiras atividades a bordo como 2º Tenente.

Na 2ª etapa, de 2 anos de duração, o 2º Tenente além da orientação e supervisão que deve receber dos oficiais mais antigos, deverá freqüentar cursos expeditos diretamente relacionados com as funções que estiverem desempenhando ou que irão desempenhar. Os cursos expeditos julgados essenciais deverão ser obrigatórios. É

recomendável que os oficiais tenham oportunidade de servir nos principais departamentos.

A 3ª etapa, de 6 anos de duração, compreendendo o curso de especialização como 1º Tenente e cinco anos seguidos de tempo mínimo de embarque.

Nesta etapa o oficial cursa e consolida seus conhecimentos especializados. Além disso, começa aí também a influir no preparo dos oficiais mais modernos.

Na 4ª etapa, com a duração de 8 anos, o oficial deverá receber o preparo para funções de Comando, Imediatice, Serviços em Estado-Maior e em terra.

Isto deverá ser feito basicamente através de cursos por correspondência organizados pela Escola de Guerra Naval. Esses cursos somados, além de prepararem o oficial para o desempenho das funções que podem exercer, darão o preparo básico necessário para que o oficial possa iniciar a fase avançada de sua formação na EGN. Cursos expeditos de atualização e cursos em escolas das outras Forças Armadas ou em Universidades civis servirão para complementar o preparo a ser adquirido através os cursos por correspondência.

## 6 — AÇÃO RECOMENDADA

1) Aprovar o Plano para o Preparo Técnico-Profissional de Oficiais na Fase Intermediária da Carreira, que constitui o Anexo «A».

2) Uma vez aprovado o Plano para o Preparo Técnico-Profissional de Oficiais na Fase Intermediária da Carreira, adotar as medidas administrativas necessárias à sua completa execução.

## SUMARIO BIOGRAFICO



O Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique Saboia é Diplomado da Escola Naval de Villegagnon, turma de 1943. Ele tem numerosas comissões de embarque, destacando-se os Comandos do CTE BENEVENTE e do CT PARÁ e a Imediate do NAeL MINAS GERAIS. Foi instrutor do Curso de Especialização de Armamento para Oficiais

e da Escola de Guerra Naval.

Diplomado com distinção na Escola de Guerra Naval, foi designado para fazer o Naval Command Course do Naval War College (U.S.N.), em 1965.

(Assinatura)

## ANEXOS:

A — PLANO PARA O PREPARO TÉCNICO-PROFISSIONAL DE OFICIAIS DO «CA» NA FASE INTERMEDIÁRIA DA CARREIRA.

B — BIBLIOGRAFIA.

## A N E X O «A»

### PLANO PARA O PREPARO TÉCNICO-PROFISSIONAL DE OFICIAIS DO «CA» NA FASE INTERMEDIÁRIA DA CARREIRA

O preparo do oficial na fase intermediária da carreira será feito em quatro etapas denominadas: Adaptação — Adestramento — Especialização — Preparação Operativo-Administrativa.

#### A — Etapa de Adaptação

Compreende o estágio de Guarda-Marinha, com duração de 6 meses, a ser realizado a bordo do Navio-Escola e deverá compreender instrução sôbre os seguintes assuntos:

- a. Prática de Navegação
- b. Serviço de Passadiço
- c. Técnica de Adestramento
- d. Liderança
- e. Administração de Navio, Departamento, Grupo e Divisão
- f. Carreira do Pessoal Subalterno
- g. Leis, Códigos, Regulamentos e Normas mais diretamente relacionados com a vida a bordo.

#### B — Etapa de Adestramento

1) Abrange os dois anos que o oficial permanece no pòsto de 2º Tenente.

2) Sempre que possível e conveniente, os 2ºs Tenentes deverão ser matriculados em cursos expeditos de adestramento.

3) A relação básica dos assuntos dêsses cursos expeditos, a qual poderá ser modificada de acòrdo com a conveniência do serviço, é a seguinte:

- a. Centro de Informações de Combate
- b. Tática Anti-Submarino
- c. Comunicações

- d. Contrôles de Avarias e Combate a Incêndio
  - e. Combate a Incêndio
  - f. Sistema de Direção de Tiro
  - g. Canhões (152mm, 127mm, 76mm ou 40mm)
  - h. Caldeiras
  - i. Máquinas de Propulsão a Vapor
  - j. Motores Diesel
- 4) Serão obrigatórios para todos os Segundos-Tenentes três desses cursos, a saber:
- a. CIC ou TAS ou Comunicações
  - b. Contrôles de Avarias
  - c. Combate a Incêndio.
- 5) Esses cursos serão conduzidos em Centros de Adestramento ou Instrução e deverão ter como propósito básico preparar o oficial para operar os equipamentos e instalações do navio em que serve.

### **C — Etapa de Especialização**

- 1) Compreende os 6 anos que vão da promoção a 1º Tenente até que se completem os 3 anos de embarque como Capitão-Tenente.
- 2) Os Primeiros-Tenentes recém-promovidos deverão cursar um dos seguintes cursos de especialização:
- a. Armamento
  - b. Aviação
  - c. Eletrônica
  - d. Hidrografia e Navegação
  - e. Máquinas
  - f. Submarinos
- 3) Estes cursos terão a duração máxima de 1 ano, aí incluindo-se o mês de férias regulamentares.
- 4) Após o curso, os oficiais servirão obrigatoriamente embarcados por um período mínimo de 5 anos.
- 5) Neste período poderão ser realizados cursos de Subespecialização ou de Extensão Universitária.

## D — Etapa de Preparação Operativo-Administrativa

1) Compreende o tempo mínimo de 8 anos que vai de terceiro ano de Capitão-Tenente até a promoção a Capitão-de-Fragata.

2) Nesse período os oficiais poderão solicitar matrícula num dos seguintes cursos por correspondência:

- a. Organização
- b. Administração
- c. Informações
- d. Planejamento Militar
- e. Operações Anti-Submarino
- f. Operações de Minagem e Varredura
- g. Logística
- h. Direito Internacional

3) A habilitação nesses cursos será obtida mediante a apresentação de soluções aceitáveis aos exercícios propostos e a prestação de exame final.

4) A organização desses cursos será feita por um Departamento de Cursos por Correspondência da EGN.

5) Poderão solicitar matrícula nesses cursos, em qualquer época, os Capitães-Tenentes com embarque completo e os Capitães-de-Corveta.

6) As matérias para o concurso de habilitação ao curso de Comando da EGN serão as mesmas desses cursos. O oficial que tiver obtido habilitação em um, alguns ou todos esses cursos não necessitará prestar concurso sobre o assunto ou assuntos a êle referentes, para matricular-e no curso de Comando da EGN.

7) Para concorrer à Escala de Comando de CC, os oficiais deverão, no mínimo, ter tido aprovação em 4 dos cursos mencionados em D-2.

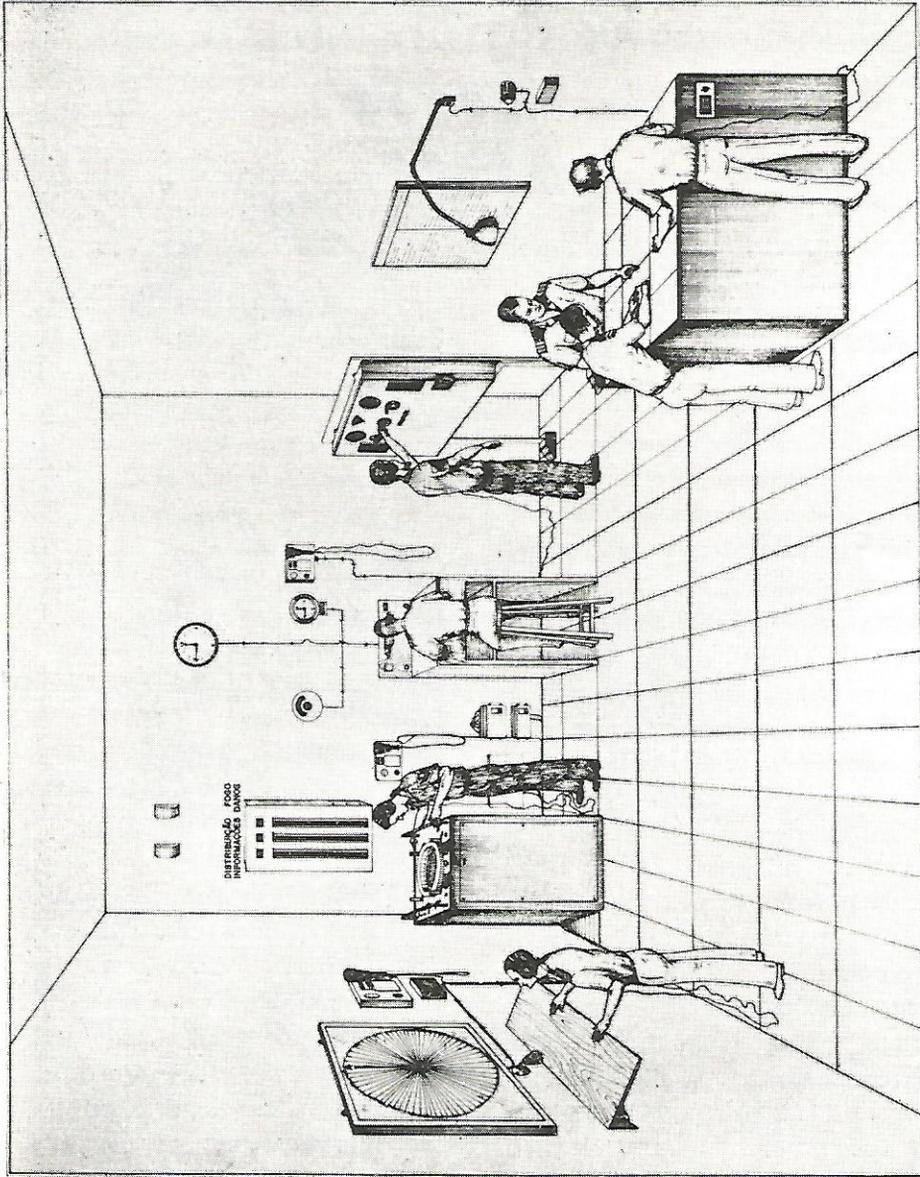
8) Sòmente poderão ser designados para servir em Estado-Maior, os oficiais que, no mínimo, tiverem tido aprovação em dois dos cursos mencionados em D-2.

9) Os cursos mencionados em D-2 poderão ser substituídos por cursos expeditos de atualização, cursos em Escolas das outras Fôrças Armadas ou em Universidades civis, no Brasil ou no exterior e que tratem de assuntos equivalentes.

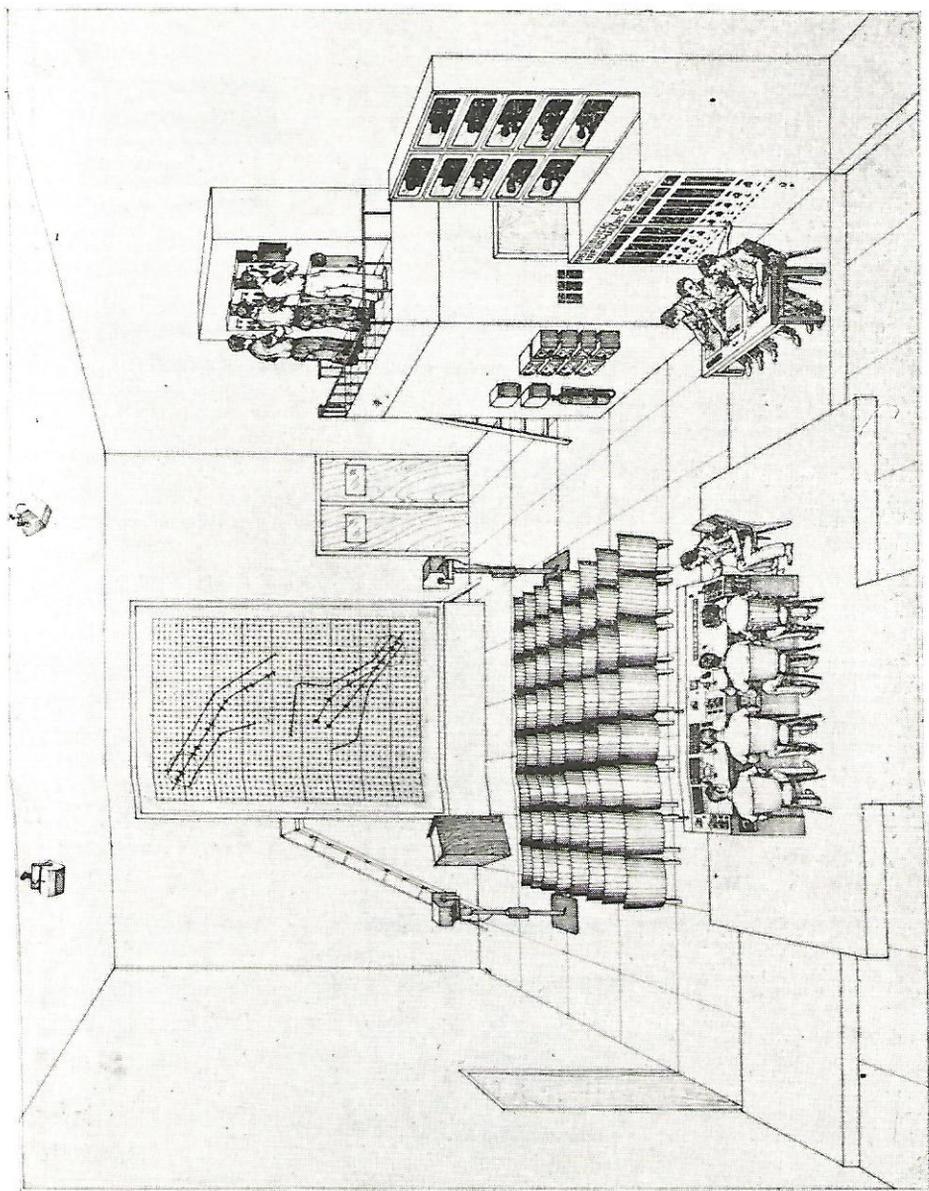
## ANEXO B

### BIBLIOGRAFIA

- 1) ACHÉ, Attila F. À margem de um Programa Administrativo para a Marinha Brasileira. **Boletim do Clube Naval**, Rio de Janeiro, 1º trimestre de 1958 (153): 139-168, 1958.
- 2) BRASIL. Ministério da Marinha. Diretoria do Ensino Naval. **Instruções para o preparo técnico-profissional de oficiais**. (Boletim do MM 18/64).
- 3) BRASIL. Ministério da Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Básico de Pessoal**. (1-4-67 — 1-4-72). Rio de Janeiro, 1967.
- 4) Correspondence School Course Descriptions. **Naval War College Review**, Newport, XIX(7): 35-38, Mar 1967.
- 5) EUA. Navy Department. Bureau of Naval Personnel. **NavPers 10848-C — Personnel Administration**. Washington, D.C., 1963.
- 6) FARIA MELLO, Fernando Achilles. Formação dos oficiais do Corpo da Armada. **Boletim do Clube Naval**, Rio de Janeiro, 1º trimestre 1960 (161): 95-125, 1960.
- 7) PALHARES DOS SANTOS, J. C. A Educação na Marinha do Brasil. **Boletim do Clube Naval**, Rio de Janeiro, 4º trimestre 1958 (156), 1º trimestre 1959 (151): 83-110 e 129-170, 1958 e 1959.
- 8) PEREIRA, Theobaldo G. et alii. Normas Gerais do Plano de Ensino de Oficiais. **Boletim do MM nº 12/1946**. Rio de Janeiro, mar. 1946.
- 9) SÁ CARVALHO, J.C. O sistema de promoções de oficiais na Marinha Americana. **Boletim do Clube Naval**, Rio de Janeiro, 3º trimestre 1961 (167): 39-54, 1961.
- 10) SHEPARD JR., Tazewell & SLAFF, Allan. The people factor. **Proceedings**, Mar 1967, p. 77-84.
- 11) SMITH, Robert H. Not enough good men. **Proceedings**, May 1967, p. 88-96.
- 12) STRONG, James T. «Professionalism» a wardroom debate. **Proceedings**, May 1966, p. 72-77.
- 13) SWARZTRAUBER, Sayre A. Half a career. **Proceedings**, Feb. 1966, p. 70-75.



CENTRO DE COMANDO DO TABULEIRO TÁTICO



AREA DE ARBITRAGEM DO TABULEIRO TATICO

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFLAÇÃO

Jayme Magrassi de Sá

É com satisfação e honra que volto à Escola de Guerra Naval, para esta palestra.

Para abordar o tema que me foi atribuído, farei, como primeira parte, pequeno resumo de minha palestra anterior nesta Escola, em que teci considerações sobre problemas do desenvolvimento econômico. Numa segunda parte, abordarei o fenômeno da inflação, apresentando, ao final, algumas conclusões sobre o caso brasileiro.

### I — EVOLUÇÃO ESTRUTURAL

Na fase atual da chamada Civilização Industrial, podemos classificar em três os tipos básicos de estrutura econômica — I) a primária; II) a secundária e a III) denominada economia mista. A primeira tem como setor predominante a produção agromineral, isto é, o setor agropecuário e o setor mineral. Não ocorre praticamente produção industrial, a não ser em ramos rudimentares e quase que na base do artesanato. No caso, poder-se-ia dizer que a atividade industrial se apresenta como que marginal dentro do contexto econômico.

Numa estrutura secundária, o setor industrial é o elemento mais importante na formação da Renda Nacional. Praticamente, as atividades primárias são, a bem dizer, fragmentos dentro do processo econômico.

A estrutura mista é aquela que apresenta os dois setores — primário e secundário — com razoável nível de desenvolvimento. O que caracteriza fundamentalmente uma economia primária é a percentagem da mão-de-obra, ou melhor, a força de trabalho que ela absorve. Se pudéssemos observar, constantemente, a evolução da estrutura demográfica de um país, e registrarmos a percentagem da força de trabalho ocupada no campo e nas cidades, cujo crescimento em ritmo acentuado acompanha as concentrações industriais, poderíamos ter indicador bastante razoável de como vai evoluindo a economia do ponto-de-vista estrutural.

Devo registrar que numa economia secundária ocorre fenômeno característico: a concentração industrial, na forma de grandes centros urbanos. Não é concebível,

digamos assim, estrutura industrial pulverizada por grande extensão geográfica, sobretudo quando se consideram indústrias de dimensões largas. A atividade industrial exige, em si mesma, determinados fatores básicos, que fazem com que as concentrações se formem, pois esse tipo de atividade passa, imediatamente, a carrear para si e para os serviços auxiliares que requer, grande percentagem da população economicamente ocupada.

As características dos três tipos de estruturas citadas acima, poderiam ser apresentadas da seguinte forma: numa economia primária, temos, como um dos fatores decisivos, as chamadas **ondas de consumo**. As economias primárias, sobretudo as de caráter essencialmente agrícola, são moduladas em seu funcionamento pela periodicidade das safras. No lapso de tempo em que as safras se formam, há um fluxo de recursos financeiros, que constituem veículos de poder de compra e que se transformam, por sua natureza, numa **onda de consumo**. Essa ondulação do consumo é também bastante característica em sua periodicidade. Esse tipo de economia acusa, ademais, de um modo geral, relativa dificuldade para absorver os novos contingentes demográficos quando apresentando, simultaneamente, aumento crescente de produtividade e isso porque a produção agrária tende

a melhorar seus índices de produtividade mediante introdução de novas técnicas e, por via de consequência, liberando braços, ou, na melhor das hipóteses, mantendo o contingente de mão-de-obra que utiliza.

Consigne-se, ainda, o fato de haver relativa incapacidade do mercado interno na economia primária, pelo menos em nível indispensável para promover satisfatória e permanentemente sua expansão. E porque razão? A demanda de produtos primários, isto é, o consumo desses produtos, é função de duas coisas: 1º) do chamado nível fisiológico (ninguém come duas véses se satisfeito com uma, só porque existe o alimento); 2º) o indivíduo comerá melhor, se, para isto, tiver carência orgânica e o fará na medida de sua capacidade em termos de renda, respeitado, porém, o limite imposto pela capacidade fisiológica. A conjugação dessas duas condicionantes, mas sobretudo a capacidade orgânica, tende a limitar as dimensões do mercado interno de uma economia exclusivamente primária. E daí decorre não ser esse tipo de economia, em geral, abundante no que diz respeito à ampliação do poder global de compra, inclusive porque uma parte enorme da população localiza-se no campo, onde existem hábitos de vida mais ou menos definidos e de débil mutabilidade. Assim, com a evolução do consumo essencial condiciona-

da pelo império fisiológico, a economia como um todo, quando repousada apenas sobre o setor primário, tende a acusar verdadeiros **platôs** de desenvolvimento, transferindo para os mercados externos a aquisição de produtos não-agrícolas de consumo final. Depois de certo estágio, é difícil possa ela desenvolver, dentro de si mesma, estímulos para sua expansão **progressiva**. Passa a depender cada vez mais de mercados externos em expansão para seus próprios produtos, o que é de concretização relativa.

Finalmente, há que evidenciar a necessidade do avanço gradual e da adaptação de técnica própria aos cultivos agrícolas específicos.

A agricultura é setor panorâmico. Temos agricultura de clima frio, temos agricultura de clima tropical, temos agricultura de clima temperado. Cada uma delas exige técnica específica, apropriada. Não se pode pensar mais numa técnica homogênea para o desenvolvimento de uma estrutura de produção agrícola, quando esta é variada em sua composição. O avanço gradual e a adaptação técnica requerem tempo e são de resultados gradativos.

De tudo isso se pode inferir que uma economia exclusivamente primária tende à auto-limitação em matéria de expansão e de nível de emprêgo.

\*

As principais características do setor secundário da economia são as seguintes: 1ª) a continuidade do processo de produção, o que difere diametralmente da produção primária, onde é **ondulado**, em função da periodicidade das safras. Não existe, no setor secundário, a sazonalidade imanente às safras, pois a produção industrial é contínua, exigindo, como tal, demanda permanente, funcionamento contínuo do sistema de transporte, abastecimento contínuo de matéria-prima, etc., fatos que trazem problemas difíceis e bem diferentes dos de uma economia primária.

Não é possível pensar numa economia industrial sem pensar nos serviços básicos apropriados à sua própria estrutura. Devem existir serviços de transportes funcionando permanentemente, serviços financeiros adequados e funcionando permanentemente e suprimento de matéria-primas funcionando permanentemente. Há que se contar com mercado em expansão contínua, ou, o que é o mesmo, com uma demanda global em crescimento permanente. Qualquer parada no processo de produção industrial, que compreende desde os serviços básicos à demanda final, significa perdas tremendas de rendimento e de produtividade; 2ª) a exigência de quantidades enormes de capital, pois todo o avanço industrial requer aplicações elevadas, investimen-

tos maciços, ou, como se costuma dizer em economia e em tѐrmos gerais, alta densidade de capital por unidade de Produção; 3ª) necessidade, também muito ativa, de tecnologia, que é de progresso dinâmico, porque o avanço da ciência não pára; um parque industrial que se instala precisa ter, como autêntico **fator de produção**, tecnologia que evolua também, sem o que se desajusta rapidamente em relação a terceiros ou obriga a crescentes dispêndios externos com a importação de “know how”; e, finalmente, 4ª característica, severa exigência de mão-de-obra especializada, de formação especial em seus diversos escalões. A medida que o processo industrial se adensa, que se torna mais complexo, a formação da mão-de-obra evolui como problema a mais e mais difícil, porque não é apenas transformar a mão-de-obra não qualificada, a mão-de-obra primária em elemento capaz de movimentar máquinas; é necessário fazer o capataz, o mestre, o técnico, de sorte que, em todos os seus escalões, a força-de-trabalho exige uma preparação muito intensa e dispendiosa.

A economia mista pode ser caracterizada por relativo equilíbrio de dimensões entre o setor primário e o setor secundário, ou por uma participação significativa de cada um na formação do Produto Bruto, bem como por uma expansão gradual, harmônica e integra-

da, do mercado interno — indústria como mercado progressivo para a agricultura e agricultura como mercado progressivo para a indústria; e cujo somatório oferece demanda para outras atividades produtoras de bens e serviços.

O mercado nacional transforma-se, assim, num todo que ostenta as condições básicas para progressivo desenvolvimento da própria economia também como um todo. Mas, há um ponto nevrálgico na economia mista: é a sua sensibilidade conjuntural. De fato, esse tipo de economia é muito sensível a certos fenômenos circunstanciais. A exemplo, uma economia em que o setor industrial seja desenvolvido e o setor agrícola também, torna-se muito sensível a pequenas variações na demanda global. Basta o cerceamento de crédito, ou, ao contrário, a expansão do crédito, para, imediatamente, acusarem-se sinais de tendência à deflação ou à inflação. Assim, uma economia mista é muito mais sensível do que uma economia primária e do que uma economia secundária, porque cada uma dessas tem os seus freios próprios, dadas as suas próprias limitações. É numa economia mista que desabrocha, em todo o seu esplendor, a importância da política econômica, não só para contra-arrestar os males gerados no bôjo do processo econômico, e para cauterizar os reflexos de outros fenômenos, exógenos ao processo, que

advenham e que a ameacem em seu ritmo de funcionamento, como para ordenar ou disciplinar a própria evolução da conjuntura ou ritmo dos negócios.

A técnica econômica moderna costuma incluir nas estruturas econômicas um setor relativamente nôvo o chamado setor terciário ou dos serviços subsidiários.

Não qualifica, por si, tal setor, um tipo de economia. A economia primária, a economia secundária, a economia mista, cada uma delas precisa de serviços, sendo que a secundária e a mista de um verdadeiro complexo de serviços subsidiários, tais como o transporte financeiro da produção ou o crédito, isto é, os bancos, e o transporte comercial, isto é o comércio, além de certos serviços que poderíamos dizer de caráter econômico-social. Numa economia de baixo nível de renda «per capita», que costumamos chamar de subdesenvolvida, quando êstes serviços sociais crescem muito, quando vemos, por exemplo, o comércio se desenvolver muito e os bancos crescerem violentamente, os serviços sociais abundarem, podemos estar certos de que a evolução se está distorcendo; porque são recursos escassos que deixam de ir para a produção fundamental e fluem para a produção de serviços acessórios, que se tornam quase um requinte em estágio estrutural e de Renda que não comporta,

de fato, tôda essa gama de serviços, ou pelo menos não os comporta nas dimensões por êles alcançadas. Contrário senso, numa economia desenvolvida, em que há abundância de recursos mobilizáveis, o desenvolvimento do setor terciário significa: 1.º) dar oportunidade de emprego e de inversão à ampla disponibilidade de fatores que existe em países economicamente fortes e; 2.º) aperfeiçoar o próprio mecanismo econômico, sem retirar fatores indispensáveis a outras atividades. Nesse caso, o chamado setor terciário torna-se de importância econômica inquestionável.

Há ainda um outro tipo de serviço econômico que não deve ser confundido com os anteriores, nem com estrutura econômica. É o que em linguagem de Economia se denomina, usando termo inglês, “social overhead costs”, ou, num esforço de tradução, “custo dos serviços sociais de base”, necessários a todos os tipos de economia, de acôrdo, naturalmente, com a configuração de cada tipo. São os investimentos em saúde, educação e demais serviços de assistência, que constituem a base da vida coletiva. Nesses campos, o importante é dosar o volume de investimento. Não só é necessário evitar que o campo da saúde, o da educação, o da moradia, ou ainda o conforto social em termos de saneamento, etc., fiquem aquém da evolução da economia como um

todo, mas evitar também que avancem em ritmo mais rápido do que pode suportar a própria estrutura econômica e a disponibilidade de recursos. O que se deve deixar bem claro, é que êsse constitui um campo à parte; não é estrutura econômica propriamente dita, mas “custos sociais” imanentes a cada tipo de economia, dentro de configuração própria de cada tipo.

Como evoluir de uma economia primária para uma economia secundária?

As exigências são múltiplas.

A primeira delas, é o esforço de investimento ou contenção relativa do consumo. Êste é um dos pontos que neste País mais se recalitra em reconhecer. Não é possível investir e consumir mais ao mesmo tempo, com um dado nível ou teor de Renda. Ê mesmo totalmente impossível, pois, o **bôlo** na riqueza que se produz anualmente tem repartição clara.

Vamos «figurar» o **bôlo**. Se o fizermos em conjunto, aqui, e resolvermos utilizá-lo como matéria-prima para outro **bôlo**, o que temos de fazer é deixar de consumi-lo, no sentido de comê-lo. Se quisermos comê-lo, temos que deixar de pensar no outro **bôlo**; ou então, vamos pensar em saciar um terço ou uma parcela “x” da nossa fome e o resto investir, no caso sinôni-

mo de fazer o outro **bôlo**, que será, naturalmente, nesse caso, algo menor que o anterior, a menos que encontremos técnica capaz de aumentar o nosso rendimento. O que não é possível, é pensar em investir mais e consumir mais ao mesmo tempo. Ê êste esforço de investimento que obriga a uma **contenção relativa** do consumo. O consumo não se pode expandir mais do que o permita a taxa de investimento necessária a uma dada reprodução da Renda. Cometemos, neste País, e de maneira violenta, tal engano, o que representa parte bastante ativa na responsabilidade da inflação. Investir mais e tentar consumir mais ao mesmo tempo é o modo fácil e simples de não ampliar a Renda real, e de fazer crescer a Renda nominal — de inflacionar, portanto.

A segunda exigência, é a programação dos investimentos. Uma estrutura industrial não é de gestação espontânea em ritmo conveniente e forma necessária, e, ainda que o fôsse, traria necessariamente implícitas imperfeições e desequilíbrios. Deve obedecer, pois, a uma evolução programada. Assim, o segundo requisito, é a programação dos investimentos. Programação indicatória e objetiva, e não modelos dissociados da realidade.

Se se quer atingir a uma verdadeira estrutura industrial, pre-

cisa-se ter infra-estrutura econômica: energia, transporte, portos etc. Carecem-se de indústrias de base: a siderurgia, os minerais não metálicos, os bens de equipamento, a indústria química pesada e, assim por diante. E, finalmente, precisa-se programar a complementação do parque industrial, para que lacunas graves não promovam ociosidades de fatores instalados, interrupções do sistema econômico e perdas de produtividade. Programação, é a segunda exigência do desenvolvimento nesta fase da Civilização.

A terceira, e esta depois de certo grau de industrialização, é a disponibilidade de tecnologia. Não se faz evoluir um parque industrial sem ter técnicos e sem técnica. Não é apenas implantando uma usina, uma fábrica, um equipamento integrado, que se vai fazê-los funcionarem. Operar uma indústria siderúrgica, por exemplo, é problema sério; é problema que exige formação tecnológica. Este, outro ponto em relação ao qual, neste País, lamentavelmente, estamos nos retardando. Não temos formação tecnológica, pelo menos em grau suficiente. Recentemente despertamos para o fato, crendo de meu dever assinalar a atividade pioneira do BNDE com o FUNTEC — Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico.

A quarta exigência é a correção (ou o impedimento) dos desequilíbrios setoriais. Ao longo de um processo de industrialização naturalmente se formam desequilíbrios, tanto mais acentuados quanto mais fraca a programação e mais imprecisa a política econômica. A evolução do setor agrícola em relação a do industrial e a evolução do próprio setor industrial tendem a acusar desequilíbrios muitos fortes. Em ocorrendo êstes torna-se necessário corrigi-los sem delongas.

Algumas palavras a mais sobre um primado básico de uma economia mista, para a qual caminhamos firmemente no Brasil. Sua principal exigência é o equilíbrio de evolução entre o setor primário e o secundário.

Desenvolvimento industrial com forte e ampla dependência de mercados externos em matéria de bens primários e de mercados de aquisição para produtos industrializados, onde se vai confrontar com a competência de países muito mais evoluídos, é impraticável. Portanto, industrialmente falando, o desenvolvimento econômico é mais firme se o setor primário, que constitui uma importante parcela da demanda interna de equipamentos de toda a natureza, cresce também. Não existe desenvolvimento satisfatório do setor primário sem que cresça o mercado inter-

no, crescimento que, em escala, depende da industrialização, por sua vez também dependente da evolução do setor agrícola. A dependência rígida, violenta, imperativa, quase total, por parte do setor industrial, das exportações, é fato delicado e sempre perigoso quando não se alcançou ainda um desenvolvimento conveniente na produção secundária.

**Desenvolvimento**, pois, é fazer evoluir a estrutura da economia, absorvendo tecnologia mais avançada e promovendo volume de inversões orientadas no sentido de fazer com que a trajetória a percorrer tenha delimitação clara e racional. É evitar desequilíbrios inibitórios e assegurar o funcionamento coerente dos instrumentos de política econômica.

## II — INFLAÇÃO

Colocado êsse panorama de uma evolução estrutural, que chamamos de desenvolvimento, passemos à segunda parte de nosso tema — inflação.

Os avanços da Ciência Econômica já nos permitem entender bem o fenômeno da inflação. Podemos caracterizá-lo hoje da seguinte forma:

a) inflação com origem no recesso da oferta, de ocorrência quando a produção decai, sobretudo a agrícola:

b) inflação com origem no excesso de demanda monetária, de ocorrência quando os meios de pagamento se expandem descontroladamente;

c) inflação por efeitos de um volume de investimentos acima do que permite a disponibilidade de fatores;

d) inflação com origem em movimentos sincopados do balanço de pagamento, sobretudo por oscilações no movimento comercial externo; e

e) inflação por efeitos psicológicos, isto é, de comportamento coletivo.

Diz-se que a inflação é de preços quando de origem no desequilíbrio entre demanda e oferta de bens finais: excluído o caso de recesso na produção agrícola, êsse tipo de inflação é quase sempre de origem monetária — meios de pagamento se expandindo acima do que permite a taxa de crescimento do Produto.

A inflação de custos origina-se, em geral, num excesso de inversões ante a escassez relativa de fatores de produção disponíveis. Provoca-se, então, o leilão dos fatores, cujos preços, no caso custos, sobem amplamente.

Há espiral inflacionária quando preços e custos sobem em cadeia e em ritmo progressivamente maior.

Juntando as duas partes do tema, — desenvolvimento e inflação — chegamos a êle de modo pleno, e bem assim, à situação atual do Brasil. Temos hoje, neste País, um ritmo dado de desenvolvimento e uma taxa dada de inflação. É, portanto, possível abordar o tema, tendo como ponto de referência o caso brasileiro, em que pesem as peculiaridades que o caracterizam.

Temos presenciado a uma grande celeuma, muito intensa há pouco tempo atrás, e que pode ser expressa através de três postulados:

- I) inflação **com** desenvolvimento ou desenvolvimento **com** inflação;
- II) inflação como **instrumento** de desenvolvimento; e
- III) desenvolvimento **sem** inflação.

Hoje tenta-se uma quarta posição, que se assemelha, mas que não é igual, a primeira — desenvolvimento com combate à inflação.

Inflação com desenvolvimento ou desenvolvimento com inflação, é tema defendido por uma corrente, que não admite se possa desenvolver o País sem provocar sensível precipitado inflacionário, não

aceitando, também, a qualquer título, que se abdique do desenvolvimento. Para essa corrente, a inflação é um dado do processo de desenvolvimento.

Inflação como instrumento do desenvolvimento é defendida por outra corrente, que considera o fenômeno: (a) como estímulo para as inversões dos empresários privados; e (b) como forma de poupança forçada, mais exequível do que a tributação.

Desenvolvimento sem inflação é a tese da terceira corrente de pensamento. Esta só acredita em estabilidade monetária **strictu sensu** e como condição **sine qua** para um desenvolvimento sólido e racional.

A porfia entre as três correntes iniciou-se com polêmica muita conhecida e que acabou por denominar-se de: estruturalistas **versus** monetaristas; essa porfia evoluiu, sendo já do passado a batalha entre estruturalistas e monetaristas, para chegar às três linhas de pensamento acima.

A realidade tem demonstrado, porém, que cada uma das três correntes é vulnerável em sua concepção. Desenvolvimento com inflação é de pouco rendimento e de vida curta, dada as distorções que ocorrem e que levam ao amortecimento do esforço de progresso. Inflação como instrumento do desenvolvimento é uma falácia com-

provada, pois leva a coletividade, rapidamente, às portas do caos social e político. Desenvolvimento sem taxa alguma de inflação ou, o que é mesmo, com estabilidade monetária **tout court**, uma impossibilidade, por efeito do próprio movimento crescente e continuado de inversões que o desenvolvimento exige.

Em conseqüência, surge agora uma quarta corrente de pensamento, que defende a tese — desenvolvimento com simultâneo combate à inflação.

Essa corrente parece mais próxima da realidade pragmática, pelas seguintes razões:

a) o desenvolvimento exige inversões maciças, muitas das quais de razoável período de maturação e ao longo das quais se distribui Renda monetária, sem pronta contrapartida em termos de oferta real;

b) a realização do desenvolvimento, isto é, o crescimento do Produto Bruto “per capita”, com simultâneo e significativo fortalecimento da estrutura de produção, permite, gradativamente, o elástico da oferta real e o incremento da produtividade global, com benéficos resultados sobre custos e preços;

c) processos corretos de conduzir o desenvolvimento permitem boa dosagem da poupança forçada, coerente distribuição social dos ônus respectivos e crescimento **controlado** do consumo global.

O conceito de desenvolvimento com combate à inflação, precisa ser bem entendido. Significa fomentar-se o crescimento do Produto Bruto “per capita” a taxas compatíveis com a disponibilidade de fatores e com a capacidade de cobertura financeira segura. Ao mesmo tempo, pressupõe uma taxa de desvalorização monetária **controlada e mantida em níveis não capazes de promover distorções**.

Não é tarefa de consecução fácil, evidentemente, requerendo sincronia no uso dos diversos instrumentos de política econômica; sobretudo de três deles: — política monetária, política tributária, política salarial. Precisa-se, ademais, contar com razoável e objetiva programação e com uma execução capaz de dar corpo ao planejado.

Em termos de postulados, podemos afirmar que, hoje, desenvolver uma economia dada, que já tenha alcançado a forma mista, trás implícita certa pressão inflacionária, que deve e pode ser mantida sob contróle, de forma tal que não provoque distorções inibitórias ao

próprio ritmo de progresso, nem injustiças sociais capazes de subverterem a ordem e repelirem a aceitação coletiva do esforço a ser realizado.

### III — O CASO BRASILEIRO

A economia brasileira já atingiu o estágio de economia mista, tendo adquirido mesmo certo grau de complexidade. O setor primário ainda predomina na formação do Produto, mas o setor secundário compõe larga parcela desse Produto; cresceu também no setor terciário.

Não obstante, é ainda uma economia subdesenvolvida de qualquer ângulo que se a examine: em termos de Renda "per capita", em relação ao aproveitamento das potencialidades de que dispõe e em comparação com os denominados países evoluídos.

O desenvolvimento do País nos últimos 50 anos tem sido notável, mas bastante tumultuado. A partir de 1956 até 1962, acelerou-se a taxa de crescimento, mas com grande aumento da pressão inflacionária. Não é necessário recapitular em detalhe a trajetória percorrida, pois é dos nossos dias e de conhecimento integral.

Analisemos, porém, quais as causas dessa poderosa inflação. Penso terem sido três:

- I) certo desfavor em termos de comércio exterior;
- II) processo de desenvolvimento sem qualquer racionalidade na sua condução; e

III) impróprio exercício dos principais instrumentos de política econômica:

- a) política monetária;
- b) política tributária; e
- c) política salarial.

Realmente, em nenhum momento, até há pouco, tivemos planejamento mais racional para conduzir nosso processo de evolução; nem mesmo as condições básicas de execução do planejado. O uso dos instrumentos de política econômica caracterizou-se por acentuada improvisação e manejo da hora. E nosso comércio exterior, como sabem é extremamente sensível, pela fragilidade de nossa pauta de exportação e pela concentração de nossas compras e vendas.

O Brasil tem inequívocas condições de desenvolver-se economicamente, tornando-se um grande País industrializado. Necessita, porém, superar problemas severos, agravados por algumas peculiaridades, que são, em si mesmas, outros tantos problemas.

O primeiro daqueles problemas é o da educação. O segundo, o decorrente da forte taxa de crescimento demográfico; o terceiro, o das grandes distâncias, que provocam forte insulamento econômico e o quarto, o de uma certa desarticulação financeira entre União e Estados. A solução de cada um deles requer doses maciças de capital, exceção feita ao último, que é de cunho político. A par deles, te-

mos outros não menos importantes, como por exemplo, o do dos desequilíbrios regionais, o dos desequilíbrios setoriais, o do retardo estrutural da base agrária e o da incorporação ao mercado de poderosas faixas de população, que ainda vivem à base de uma economia consutiva. Também êstes requerem, para a respectiva solução, poderosas inversões de capital.

È fácil de ver, pois, que o grande problema dêste País é investir, pois se o desenvolvimento, em si mesmo, requer poderoso esforço de investimento, no caso brasileiro a exigência é ainda mais séria em função do conjunto de situações específicas a que me referi.

Para que o desenvolvimento ocorra sem provocar pressão inflacionária acima da suportável pela economia, são necessárias as seguintes condições basilares:

- a) programação correta e executável, configurando o esforço a ser feito, estabelecendo prioridades da aplicação e assegurando o respectivo rateio das inversões;
- b) correto uso dos instrumentos de política econômica, especialmente da política monetária, da política financeira e da política salarial; e
- c) eficiência na atuação da máquina pública, de cuja

ação depende muito o esforço global da coletividade, eficiência que, me permito dizer, é baixíssima, quase nula.

Destaco também um outro requisito relevante — a coordenação entre as finanças federais e as finanças estaduais. Enfrentamos hoje, no Brasil, um problema delicado, que é a desarticulação entre os dois centros de atividade financeira — a União e os Estados. Dessa desarticulação tem resultado não só sensível perda de rendimento nos esforços coletivos de investimento, como forte pressão inflacionária.

O Govêrno do Marechal Arthur da Costa e Silva está procurando alcançar a meta de combater a inflação, promovendo o desenvolvimento. Em 1967, ano difícil por razões várias, tivemos êxito nesse sentido — a alta de preços foi da ordem de 2/3 da ocorrida em 1966 e o PNB cresceu de cêrca de 5%, ou cêrca de 2% em têrmos «per capita». Para 1968, espera-se igual taxa de elevação de preços e u'a taxa de crescimento do produto um pouco melhor. Para tanto, a política monetária está sendo modulada, a política fiscal vem sendo submetida a adequações e a política salarial busca evitar pressões sôbre custos e preços. A consecução do objetivo de promover o desenvolvimento e, simultaneamente, controlar uma taxa infla-

cionária, que já galopava em 1963/64, é extremamente árdua. Requer sacrifícios grandes da coletividade, pois a melhoria do consumo global tem que ser contida em níveis modestos; exige do Governo Federal extrema habilidade e energia no dosar e selecionar as inversões, impondo-lhe, ademais, uma política creditícia equilibrada e segura.

Dentro da política econômica perseguida pelo Governo, o BNDE atua do lado da oferta real, alcançando três grandes objetivos: (a) fortalecer e diversificar a estrutura de produção; (b) incrementar a oferta real de bens e serviços básicos; (c) melhorar a produtividade da economia. Está o Banco cumprindo as suas atribuições, vindo mesmo de passar por reforma ampla, para ganhar em eficiência. Espero que neste ano de 1968 sua atuação seja plena no sentido de cumprir sua parte na política econômica traçada pelo Chefe do Governo no setor da estrutura econômica.

Pode-se dizer que houve êxito na primeira etapa da luta que se trava em busca do desenvolvimento com combate à inflação. A par da absorção sensível do precipitado inflacionário ocorrida em 1967, reanimou-se a conjuntura, sendo sensivelmente menor da taxa de ociosidade da capacidade instalada que se observava em fins de 1966 e princípios de 1967. Importa agora

promover a retomada dos investimentos pelo setor privado, sem pressões maiores sobre custos e preços. Pessoalmente, vejo que êsse objetivo conduz à tomada de cinco medidas que considero básicas.

- 1º) corrigir o sistema de reajustamento dos salários, mas sem demagogia e mantendo o poder real de aquisição destes, como condição para assegurar-se um mínimo de crescimento da demanda global;
- 2º) adequacionar a política, de crédito, quantitativa e qualitativamente, às exigências de um esforço de investimento pelo setor privado;
- 3º) racionalização do mecanismo de proteção aduaneira, para mais racional proteção as inversões internas e melhor disciplina das importações;
- 4º) Aprimorar o sistema de estímulos setoriais outorgados através da ação dos grupos executivos; e
- 5º) corrigir o sistema de correção monetária, de forma a fazê-lo acompanhar o esforço de contenção do custo do dinheiro.

Disse-lhes, aqui, em grandes traços, o que penso sobre desenvolvimento e combate à inflação,

referindo-me também à situação atual do Brasil. Espero ter sido claro, ainda que sucinto.

Peço agora a permissão para abordar algo que, embora pareça fora do tema, está na verdade no seu âmago.

Os problemas nacionais são, todos eles, grandes, complexos, difíceis. Enormes, diria eu. Não os creio, porém apocalípticos. São solucionáveis. O que me pergunto, porém, é se estamos, nós brasileiros, à altura das soluções.

Para mim, fora do desenvolvimento não há saída para a situação nacional, nem política, nem social, nem economicamente. Desenvolver o País, porém, pressupõe outro grau de consciência, mais forte do que o que temos revelado. Consciência do ponto de vista técnico, cívico e do ponto de vista ético.

Preocupo-me muito, e cada vez mais, por exemplo, com a posição de nossas elites, que parecem distantes ainda de suas responsabilidades, muito propensas às polêmicas estéreis e enclausuradas num semiconhecimento que as torna prêsas fáceis da demagogia, das falácias e de um entendimento algo alegre do que é um esforço de desenvolvimento. Parece que nós, brasileiros, e sobretudo as nossas elites, ainda não nos demos conta de que desenvolvimento exige sacrifícios, renúncias, perseverança e racionalidade de comportamento. E que só pode ocorrer se dispu-

sermos de um mínimo de tranqüilidade política, de ordem social, de programação econômica e um máximo de trabalho consciente e ordenado.

Tenho observado, com melancolia, que tanto nos arraiais políticos, como nos técnicos, inexistente ainda a devida consideração para com o problema. Muita energia se perde e grande tumulto se forma com a inesgotável porfia que assistimos em torno de posições e de fórmulas que nada aproveitam ao esforço coletivo que o desenvolvimento impõe.

Este País tem, reafirmo, condições de potencialidade para ser um dos grandes industrializados. E nem nos falta, já, conhecimento satisfatório para encontrar os caminhos do progresso. Oxalá retemperese o nosso espírito cívico e, com êle, a consciência do trabalho a realizar.

#### SUMARIO BIOGRAFICO



*O Professor Jayme Magrassi de Sá, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico é Bacharel em Ciências Contábeis e possui os Cursos de Análise Econômica (1955) e Programação Econômica (1957). Fêz o Curso Superior de Guerra, (1955) da Escola Superior de Guerra.*

*Foi Economista e Técnico em Economia de vários órgãos do Governo do Brasil, Economista, Chefe do Departamento Econômico, Diretor-Substituto, Chefe de Gabinete e Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.*

*O Prof. Magrassi é, presentemente, Presidente do BNDE e Presidente do Conselho Consultivo da Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA) e Cia. Ferro e Aço de Vitória.*

## ADMINISTRAÇÃO

(Bibliografia adotada pela EGN)

- BROWN, Fred R. **Management — concepts and practice**. Washington Industrial College of the Armed Forces, 1963. 305 p. (The Economics of National Security)
- BROWN, Milon. **Effective supervision**. New York, The Macmillan co. [c-1956] 259 p.
- CAMPOS, Wagner Estelita. **Chefia; sua técnica e seus problemas**. 3. ed. rev. aumentada. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1964. 416 p.
- DAVIS, Ralph Currier. **The fundamentals of top management**. New York, Harper & Row [1951] 825 p.
- DRUCKER, Peter F. **Concept of the corporation**. Boston, Beacon Press [1962] 297 p. (Beacon Paperback, 104).
- DRUCKER, Peter F. **The practice of management**. New York, Harper & Row [1954] 404 p.
- GLAZER, C. **Normas e métodos de administração**. 3. ed. em português. São Paulo, Altas s.a. [1959] 334 p. (Biblioteca de ciências econômicas e administrativas; série administração, v. 7).
- JONES, Manley Howe. **Executive decision making**. Rev. ed. Illinois, R. D. Irwin, 1962. 560 p.
- KOONTZ, Harold & O'DONNELL, Cyril. **Princípios de administração**. São Paulo, Pioneira, 1962. 2 v (Biblioteca pioneira de administração e negócios).
- MAGALHÃES, Celso de. **Técnica da chefia e do comando**. 5. ed. [Rio de Janeiro] [IBGE] 1963] 96 p.
- MARCH, Herbert A. **Organizations**. New York, J. Wiley & sons inc. [1963] 262 p.
- METCALF, Henry C. **Dynamic administration; the collected papers of Mary Parker Follett**. New York, Harper & brothers [1940] 320 p.
- MILLER, Harry. **Organização e métodos**. 2ª impressão [Rio de Janeiro] Fundação Getúlio Vargas, 1962. 302 p.
- MOITINHO, Alvaro Pôrto. **Ciência da administração**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paulo de Azevedo, 1950. 4 v.
- NEWMAN, William H. **Ação administrativa; as técnicas de organização e gerência**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan s.a., 1964. 500 p.
- NEWMAN, William H. **Administrative action; the techniques of organization and management**. New York, Prentice-hall [c 1951] 483 p.
- PFIFFNER, John M. **Manual de análise administrativa**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura [1963] 178 p. (Biblioteca do homem moderno).
- PFIFFNER, John M. & SHERWOOD, Frank P. **Administrative organization**. Englewood Cliffs, Prentice-hall [1960] 481 p.
- ROBERT, Henry M. **Manual de organização Robert; organização de assembléias, reuniões, comissões e juntas**. [Rio de Janeiro] Lidado [1964] 204 p. (Biblioteca de organização e liderança).
- ROSE, T. G. & Farr, Donald E. **Higher management control**. New York, Mcgraw-hill, 1957. 290 p.
- SANTOS, João Baptista Pereira dos, O.P. **UNILABOR; uma revolução na estrutura da empresa**. [São Paulo]. Livraria Duas Cidades [1962] 161 p.
- SLOAN, Alfred P. **Minha vida na General Motors**. Rio de Janeiro, Distribuidora Record. 1965. 494 p.

## NOTÍCIAS

\*

### V REUNIÃO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE GUERRA NAVAL DAS AMÉRICAS

Realizou-se na Escuela de Guerra Naval, em BUENOS AIRES, ARGENTINA, a V Reunião de Diretores das Escolas de Guerra Naval das Américas, no período de 8 a 12 de setembro de 1968.

A primeira destas Reuniões realizou-se em NEWPORT, 1962, a segunda no RIO DE JANEIRO, 1963, a terceira em LIMA, 1964, e a quarta em NEWPORT, 1966.

Compareceram delegações da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Estados Unidos da América, México, Paraguai e Uruguai.

A agenda da Reunião constou dos seguintes itens:

- a) revisão e aprovação da Regulamentação para as Conferências;
- b) modificações introduzidas na organização das Escolas e/ou Cursos, após a realização da última Conferência;
- c) condições para matrículas nos Cursos. Vantagens e desvantagens da matrícula voluntária e seletiva;
- d) sistemas de qualificação dos alunos;
- e) influência na carreira tipo do oficial, face à aprovação nos Cursos;
- f) novos acessórios e sistemas adotados na técnica de ensino e nos jogos de Guerra:

I — Exposição, pela Delegação dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, sobre a experiência na aplicação da «Instrução Programada» ao caso específico do Estudo de Estado-Maior; e

II — Intercâmbio de informações referentes à utilização, nos Jogos de Guerra, de pequenos computadores eletrônicos para a avaliação de Danos, Consumos, Probabilidades de Contatos e Acertos; e

- g) relação entre as Escolas de Guerra e os Estado-Maiores das Armadas no que se refere à colaboração daquelas na investigação e experimentação de novas teorias, planos e doutrinas.

Sucintamente, foram as seguintes as resoluções aprovadas:

- a) revista e aprovada a Regulamentação para as Conferências;
- b) aprovada a Declaração de Objetivos Comuns;
- c) acordou-se que é muito importante reconhecer a expansão do Poder Marítimo soviético e tê-la sempre na mente dos alunos;
- d) acordou-se que é muito importante o esclarecimento da opinião pública sôbre a importância do Poder Marítimo;
- e) o NWC ofereceu material de ensino para ser empregado na aplicação dos itens c e d acima;
- f) o NWC enviará às demais nações todos os folhetos de «Instrução Programada» que forem sendo preparados;
- g) o delegado norte-americano convidou os Diretores e Instrutores das demais Escolas, até um total de 25 oficiais, para assistirem aos Jogos de Guerra programados para a última semana de janeiro de 1969; e
- h) foi decidido que, cada vez que se substituam os Diretores de Escolas de Guerra Naval, se informe à Secretaria Permanente, em NEWPORT, para facilitar os trabalhos.

O delegado norte-americano sugeriu o mês de outubro de 1970 para a realização da próxima Reunião em NEWPORT.